PNAP
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESPECIALIZAÇÃO MÓDULO BÁSICO

Trabalho de Conclusão de Curso

Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação
em Administração Pública – PNAP
Especializacão em Administração Pública

ESPECIALIZAÇÃO EM MÓDULO BÁSICO

Trabalho de Conclusão de Curso

Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

2021

Prof. Dr. Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

Doutor e Mestre pelo PPGD da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor do Corpo Permanente do Curso de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Sustentável – GDLS (Universidade de Pernambuco – UPE) e do Curso de Mestrado Profissional em Direito, Mercado, *Compliance* e Segurança Humana – PPGD da Faculdade Cers. Professor da Graduação dos Cursos de Direito da UPE e ESUDA. Advogado.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Vasconcelos Filho, Oton de Albuquerque
V331t Trabalho de conclusão de curso / Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho. – Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.

91 p.: il.
Formato: pdf
Material didático utilizado no Curso de Especialização - Módulo Básico – UAB – PNAP

ISBN 978-65-89954-21-7

1. Redação acadêmica. I. Universidade Aberta do Brasil. II. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. III. Título.

CDD 001.42

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR | CAPES

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS
Universidade de Pernambuco | UPE

AUTOR DO CONTEÚDO
Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

EQUIPE TÉCNICA – UPE | NEAD

COORDENAÇÃO DO NEAD - UPE
Renato Medeiros de Moraes

COORDENAÇÃO DO PROJETO
Roberto Luiz Alves Torres

PROJETO GRÁFICO
José Marcos Leite Barros

EDITORAÇÃO
Anita Maria de Sousa
Aldo Barros e Silva Filho
Enifrance Vieira da Silva
Danilo Catão de Lucena

REVISÃO TEXTUAL
Maria Tereza Lapa Maymone de Barros
Geruza Viana da Silva

CAPA
José Marcos Leite Barros

PNAP
PROGRAMA NACIONAL
DE FORMAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Prof. Dr. Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

Objetivo Geral

Entender os principais tipos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as normas para sua elaboração, conhecendo os aspectos da atualidade aptos a serem utilizados como objeto de pesquisa.

Apresentação da Disciplina

Caro aluno,

A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é fundamental para sua formação.

Através do empenho voltado a essa matéria, você perceberá a importância de conhecer os fundamentos da pesquisa em seus diferentes tipos para elaboração de trabalhos científicos. Você conhecerá, também, temas relevantes em Administração Pública, os quais poderão ser úteis no momento da seleção temática de seu TCC.

É importante entender que o TCC se constitui como um trabalho científico, de forma que você será responsável por aprimorar a Ciência, fato que exige bastante dedicação. Contudo, não se faz necessário temer essa disciplina, pois trabalharemos cada detalhe a fim de tornar prático o processo de elaboração de seu trabalho.

O presente material é formado por cinco capítulos, os quais versam sobre as normais gerais para elaboração de trabalhos científicos e as modalidades para o desenvolvimento do TCC. Você poderá escolher com o seu professor (a) orientador (a) o tipo de estudo que mais se adequa à temática escolhida por vocês.

O primeiro capítulo aborda as principais diretrizes estruturais para construção de um trabalho acadêmico, as quais se constituem como dúvidas comuns aos estudantes de graduação e especialização. Os outros capítulos versam sobre tipos de estudo passíveis de serem utilizados na elaboração do TCC. No segundo, tem-se a monografia; no terceiro, o artigo científico; no quarto, o projeto de iniciação científica; e no quin-

to, o projeto de intervenção. Além disso, nos capítulos que abordam os tipos de estudo, há também discussões a respeito de temáticas atuais da Administração Pública, que poderão ser escolhidas para construção do TCC. Lembre-se de atentar aos recursos gráficos, aos textos complementares, às curiosidades e às atividades de estudo. Isso deverá facilitar o seu aprendizado.

Desejo a você uma excelente jornada!

Prof. Dr. Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: DIRETRIZES ESTRUTURAIS DO TRABALHO ACADÊMICO 9
1. Conceitos Iniciais 9
2. Componentes Estruturais do Trabalho Acadêmico 10
2.1 Parte Externa 11
2.1.1 Capa 11
2.2 Parte Interna 11
2.2.1 Elementos Pré-Textuais 11
2.2.1.1 Folha de Rosto 11
2.2.1.2 Folha de aprovação 12
2.2.1.3 Resumo 13
2.2.1.4 Palavras-chave 14
2.2.1.5 Sumário 15
2.2.2 Elementos Textuais 16
2.2.2.1 Introdução 16
2.2.2.2 Desenvolvimento 17
2.2.2.3 Conclusão 17
2.2.3 Elementos Pós-Textuais 17
2.2.3.1 Referências 17
3. Apresentação Gráfica do Trabalho Acadêmico 21
3.1 Tipo de Papel e Uso da Folha 21
3.2 Margens 21
3.3 Paginação 22
3.4 Configuração da Letra 22
3.5 Alinhamento do Texto 22
3.6 Espaçamento Entre Linhas 22
3.7 Indicativos Numéricos de Seção e Subseção 22
3.8 Citações 23
3.9 Ilustrações e tabelas 23
3.10 Siglas 24
Referências 25

CAPÍTULO 2: DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA 27
1. Conceitos Iniciais 27
2. Aspectos estruturais e apresentação gráfica da monografia 29
3. Seleção Temática e Pergunta Norteadora 29
3.1 Temas atuais em Administração Pública 30
3.1.1 Gestão Sustentável em Políticas Públicas 30
3.1.2 Políticas Públicas para Democratização do Ensino Superior 33
Referências 35

CAPÍTULO 3: DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO 37
1. Conceitos Iniciais 37

2. Estrutura do Artigo Científico 39
2.2 Elementos pré-textuais 40
2.2.1 Título 40
2.2.2 Identificação do autor 40
2.2.3 Resumo no idioma do documento 40
2.2.4 Datas de submissão e aprovação 40
2.3 Elementos textuais e pós-textuais 40
3. Apresentação Gráfica do Artigo Científico 41
4. Seleção Temática e Pergunta Norteadora 41
4.1 Temas atuais em Administração Pública 42
4.1.1 Uso de telemedicina no SUS 42
4.1.2 Importância da comunicação na gestão pública 44
Referências 47

CAPÍTULO 4: DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 51
1. Conceitos Iniciais 51
1.1 Instituições de Fomento à Pesquisa 51
2. Estrutura do Projeto de Iniciação Científica 53
2.1 Capa 53
2.2 Resumo 53
2.3 Sumário 54
2.4 Introdução 54
2.5 Justificativa 54
2.6 Objetivos geral e específicos 55
2.7 Metodologia 56
2.7.1 Desenho do estudo 56
2.7.2 População do estudo 59
2.7.3 Local e período do estudo 60
2.7.4 Coleta de dados 61
2.7.5 Processamento e análise dos dados 62
2.7.6 Aspectos éticos 62
2.8 Cronograma 64
2.9 Orçamento 64
2.10 Referências 64
2.11 Anexos e apêndices 65
3. Apresentação Final do Projeto de Iniciação Científica 65
4. A Escolha do Tema e o Problema de Pesquisa 65
4.1 Temas atuais em Administração Pública 67
4.1.1 A Qualidade no Atendimento ao Usuário do Serviço Público 68
4.1.2 A Administração Pública e o Desenvolvimento Social e Econômico 69
Referências 71

CAPÍTULO 5: DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO 73
1. Conceitos Iniciais 73
1.1 O Problema de Intervenção 76
2. Aspectos Estruturais do Projeto de Intervenção 77

2.1 Capa 78
2.2 Resumo 78
2.3 Sumário 78
2.4 Introdução e Problema de Intervenção 78
2.5 Justificativa 79
2.6 Objetivos Geral e Específicos 80
2.7 Metodologia 81
2.7.1 Local da Intervenção 81
2.7.2 Sujeitos da Intervenção 81
2.7.3 Período da Intervenção 81
2.7.4 Coleta, Sistematização e Análise dos Dados 82
2.7.5 Descrição da Intervenção/Plano de Ação 82
2.7.6 Acompanhamento e Avaliação da Intervenção 83
2.8 Resultados Esperados 84
2.9 Cronograma 84
2.10 Orçamento e Recursos necessários 85
2.11 Referências 86
3. Apresentação Gráfica 86
4. Seleção Temática e Pergunta Norteadora 86
4.1 Temas Atuais em Administração Pública 86
4.1.1 Gestão de Risco em Contratos de Terceirização de Serviços 86
4.1.2 Gestão Pública e Mobilidade Urbana 87
Referências 90

CAPÍTULO I

DIRETRIZES ESTRUTURAIS DO TRABALHO ACADÊMICO

Prof. Dr. Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

Objetivos Específicos

- Conceituar o Trabalho de Conclusão de Curso, classificando-o como trabalho acadêmico.

- Principais aspectos estruturais e gráficos do trabalho acadêmico, conhecendo as diretrizes gerais da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Introdução

Este capítulo visa conceituar o trabalho acadêmico, expondo a sua estrutura, para possibilitar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Serão apresentados os conceitos iniciais e normas estruturais regidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ao longo capítulo, conteúdos complementares são disponibilizados para facilitar sua aprendizagem.

1. Conceitos Iniciais

O TCC se constitui como um trabalho acadêmico, o qual expressa o conhecimento referente à temática escolhida, bem como os resultados do estudo. Para conclusão de cursos de graduação e especialização, é obrigatória a elaboração de um TCC.

A fim de obedecer ao rigor metodológico necessário ao estudo científico, os trabalhos acadêmicos devem ser padronizados no que tange sua estrutura. Dessa forma, tem-se que o estudante deve conhecer as diretrizes gerais utilizadas para construção do trabalho acadêmico. Na área de Ciências Sociais Aplicadas, em geral, utilizam-se as normas ABNT.

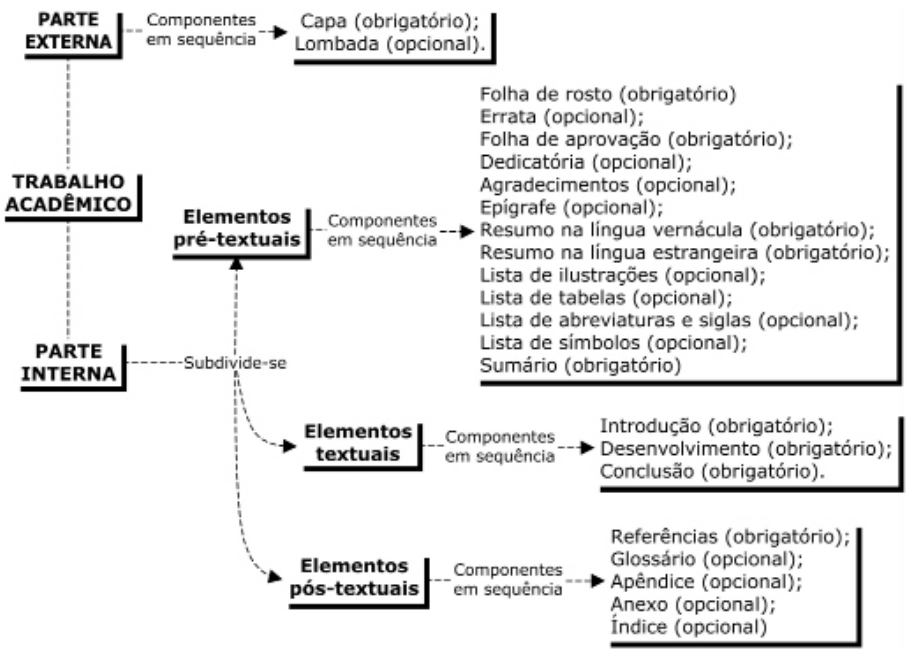
Atenção!

- A estrutura do trabalho acadêmico é constituída por elementos essenciais aplicados em todas as Instituições de Ensino Superior (IES). Em contrapartida, tem-se que cada IES se adequa a elementos complementares distintos. A apresentação deste estudo, portanto, sofre algumas variações. Nesse contexto, o presente fascículo objetiva discorrer apenas sobre as diretrizes gerais para elaboração do trabalho acadêmico, enfatizando as utilizadas no TCC.

2. Componentes Estruturais do Trabalho Acadêmico

A Norma Técnica 14724 da ABNT (2011) discorre sobre os componentes estruturais do trabalho acadêmico, conforme será exposto a seguir.

De início, tem-se a divisão estrutural em parte externa e parte interna, as quais se constituem por diversos itens.



Fluxograma 1 - Componentes do trabalho acadêmico
Fonte: Autor.

Atenção!

- Para elaboração de um TCC, o estudante deve ter em mente principalmente os itens obrigatórios, conforme será detalhado a seguir. Os demais itens são apenas passíveis de elaboração, a depender da orientação de cada IES.

2.1 Parte Externa

A capa se constitui como o único elemento obrigatório da parte externa.

2.1.1 Capa

Na capa, as informações devem ser expostas na seguinte ordem:

a) Nome da instituição (opcional);
b) Nome do autor;
c) Título do trabalho em negrito;
d) Subtítulo, se houver, precedido de dois pontos;
e) Número do volume, se houver mais de um;
f) Local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
g) Ano referente à entrega do trabalho.

Veja na prática!

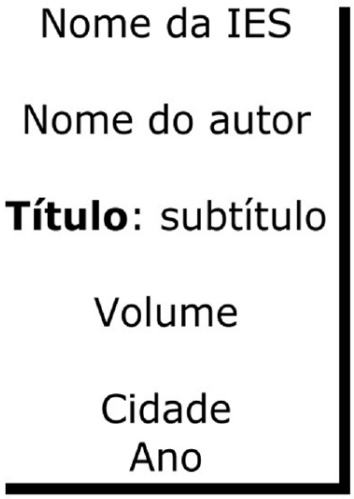


Figura 1 - Apresentação gráfica da capa
Fonte: Autor.

2.2 Parte Interna

A parte interna do trabalho acadêmico é composta, em sequência, pelos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

2.2.1 Elementos Pré-Textuais

Os elementos pré-textuais devem ser dispostos, em ordem, conforme as subseções a seguir.

2.2.1.1 Folha de Rosto

A folha de rosto é elaborada no anverso da folha e deve conter, em ordem:

a) Nome do autor;

b) Título do trabalho;
c) Subtítulo, se houver, precedido de dois pontos;
d) Número do volume, se houver mais de um;
e) Natureza do trabalho: tipo do trabalho (p. ex., TCC), objetivo (p. ex., obtenção do título de especialista), nome da instituição a que é submetido e área de concentração;
f) Nome do orientador e, se houver, do coorientador;
g) Local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
h) Ano referente à entrega do trabalho.

Veja na prática!

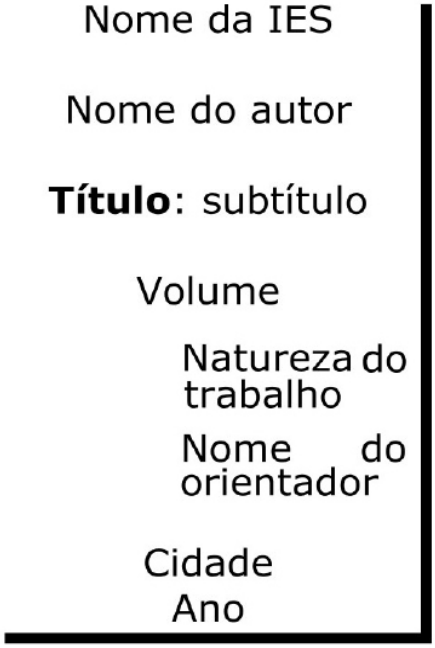


Figura 2 - Apresentação gráfica da folha de rosto
Fonte: Autor..

Atenção!

- Perceba que, na folha de rosto, a natureza do trabalho e a identificação do orientador devem ser alinhados no centro da página.

2.2.1.2 Folha de aprovação

Constitui-se, em ordem, por:

a) Nome do autor
b) Título do trabalho;
c) Subtítulo, se houver, precedido de dois pontos
d) Natureza do trabalho: tipo do trabalho (p. ex., TCC), objetivo (p. ex., obtenção do título de especialista), nome da instituição a que é submetido e área de concentração;

e) Espaço para data de aprovação;
f) Nome, titulação e instituição dos integrantes da banca, seguidos de um espaço para as respectivas assinaturas.

Veja na prática!

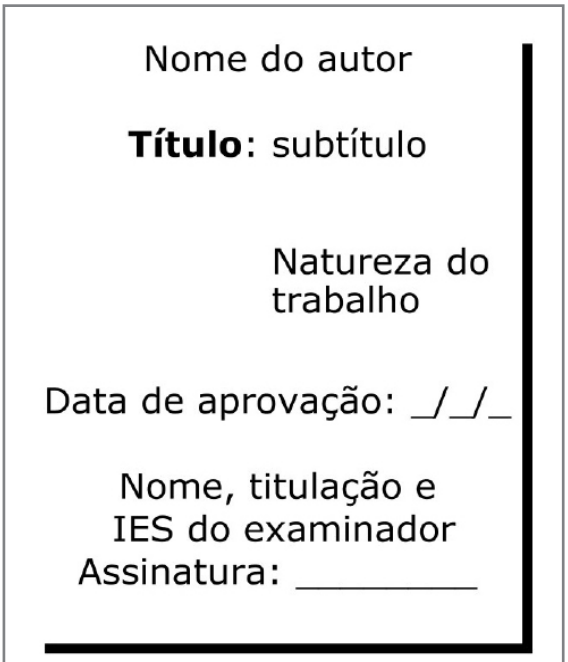


Figura 3 - Apresentação gráfica da folha de aprovação
Fonte: Autor.

Atenção!

- Na folha de aprovação, a natureza do trabalho deve ser alinhada no centro da página, tal como feito na folha de rosto.

2.2.1.3 Resumo

De início, é necessário elaborar o resumo em língua vernácula e, na página seguinte, faz-se a tradução para uma língua estrangeira. O elemento em língua estrangeira deve ser elaborado com as mesmas características do resumo em língua vernácula. A maioria das IES considera como possíveis línguas estrangeiras o inglês e o espanhol.

De acordo com a Norma Técnica 6028 da ABNT (2003), o resumo é composto por frases concisas e afirmativas, em um parágrafo único, sem que haja enumeração em tópicos. Para trabalhos acadêmicos, estende-se por 150 a 500 palavras.

Em suma, este item aborda os itens a seguir:

a) Objetivo;
b) Método;

c) Resultados;
d) Conclusões.

Perceba que, embora o resumo se constitua como elemento pré-textual, normalmente sua elaboração ocorre após a finalização dos elementos textuais.

2.2.1.4 Palavras-chave

As palavras-chave são os termos que representam o estudo, os quais foram utilizados para buscar o estado de conhecimento atual sobre o tema. Estas devem estar dispostas imediatamente abaixo do resumo, antecedidas da expressão "Palavras-chave:". Ademais, são separadas entre si e finalizadas por ponto final.

Veja na prática!

Considere que, a fim de elaborar o seu TCC , um estudante de especialização se interessou pela disciplina de Direito do Trabalho. Escolheu, então, um orientador, e buscou questões atuais que envolvem aspectos trabalhistas. Houve interesse por parte do estudante em conhecer os impactos da Reforma Trabalhista na precarização das condições de trabalho, em especial no que refere aos impactos da redução do intervalo intrajornada de trabalho. Tendo em vista a necessidade de abordar um tema específico em profundidade, contemplando suas várias perspectivas, percebeu-se que a monografia seria um tipo de estudo capaz de alcançar os resultados, conforme será detalhado no Capítulo 2. Para condução do trabalho, elaborou-se a seguinte pergunta norteadora:

> De que forma a redução do intervalo intrajornada de trabalho que consta na Reforma Trabalhista contribui com a precarização das condições de trabalho?

A resposta da questão acima determinou, então, um objetivo a ser cumprido pelo estudante. Foi utilizado o meio eletrônico a fim de realizar uma vasta revisão da literatura sobre o tema, utilizando como palavras-chave os termos "Reforma Trabalhista", "intervalo intrajornada" e "saúde do trabalhador". Foi aplicado o método hipotético-dedutivo. Descobriu-se, então, que a redução do intervalo intrajornada de trabalho possivelmente determina um aumento no risco de danos à saúde do empregado, fato que foi descrito nos elementos textuais da monografia.

Em conformidade com as normas da ABNT, na página posterior à folha de aprovação, o estudante foi capaz de elaborar o seguinte:

> **"RESUMO**
>
> A Lei 13.467/2017, denominada Lei da Reforma Trabalhista, determinou modificações a respeito da aplicação de normas trabalhistas. Entre as modificações, ocorreu a redução do intervalo intrajornada de trabalho, o qual habitualmente se relaciona com a alimentação e o repouso do trabalhador. A

presente monografia objetiva conhecer de que forma a redução do intervalo intrajornada contribui com a precarização das condições de trabalho. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo. Foi realizada uma revisão de literatura, a qual se embasou em materiais publicados em meio eletrônico indexados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), encontrados através de palavras-chave. Procedeu-se o exame das relações de trabalho sob ótica histórica, enfatizando o capitalismo mercantil como meio utilizado para exploração do trabalhador. Foi averiguado, então, os impactos de tal fato à saúde do empregado. Como resultado do estudo, tem-se que pausa intrajornada, a princípio, por intermediação sindical, sofreu redução, sem maiores restrições. Em períodos anteriores, o intervalo era, no mínimo, de uma hora. Desde a Reforma, esse passou a ser de, no mínimo, trinta minutos. Verificou-se a possibilidade de existirem riscos à saúde do trabalhador, posto que há falta de estrutura para permitir a diminuição de forma adequada, fato que pode influenciar em doenças e acidentes aos empregados, em especial por não haver recomendações no texto legal a fim de que isso seja evitado. Percebeu-se que essa situação pode ser capaz de determinar principalmente danos psicofísicos e nutricionais. Dessa forma, resta comprovado que, devido às mudanças legislativas, a incidência de danos no ambiente de trabalho poderá aumentar, especialmente em virtude dos riscos a que estarão submetidos os trabalhadores para o cumprimento das novas metas trabalhistas, o que determina uma maior precarização das condições de trabalho.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista; Intervalo Intrajornada; Saúde do Trabalhador."

Atenção!

- Perceba que, do ponto de vista gráfico, anteriormente ao parágrafo que se constitui como resumo, a página deve ser identificada pelo termo "resumo", em letras maiúsculas, com alinhamento à esquerda.

2.2.1.5 Sumário

A regulamentação do sumário é realizada pela Norma Técnica 6027 da ABNT (2012). Os indicativos numéricos das seções devem ser alinhados à esquerda. Os títulos sucedem os indicativos numéricos das seções. Pontua-se que não se utiliza ponto final, hífen, travessão ou qualquer tipo de sinal após o indicativo numérico e antes do título. É recomendado que os títulos estejam alinhados pela margem do indicativo numérico mais extenso. Em seguida, cita-se a paginação de cada indicativo numérico e respectivo título.

Atenção!

- Os elementos pré-textuais não devem constar no sumário.

Veja na prática!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... Página
2 TÍTULO DA SECÇÃO 2..... Página
2.1 Título da subsecção 2.1..... Página
2.2 Título da subsecção 2.2..... Página
3 TÍTULO DA SECÇÃO 3..... Página
3.1 Título da subsecção 3.1..... Página
3.2 Título da subsecção 3.2..... Página
4 TÍTULO DA SECÇÃO 4..... Página
4.1 Título da subsecção 4.1..... Página
4.2 Título da subsecção 4.2..... Página
5 CONCLUSÃO..... Página
6 REFERÊNCIAS..... Página

Figura 4 - Apresentação gráfica do sumário
Fonte: Autor.

Atenção!

- No caso do sumário, tem-se a identificação da página pelo termo "sumário", em letras maiúsculas, com alinhamento centralizado.

- Além disso, tem-se como relevante perceber que as seções que se encontram entre a introdução e a conclusão são componentes do desenvolvimento do trabalho acadêmico, que se constitui como um dos elementos textuais.

2.2.2 Elementos Textuais

Entre os elementos textuais, tem-se, em sequência, a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

2.2.2.1 Introdução

Para elaborar a introdução, de início, descreve-se de maneira breve o estado de conhecimento atual referente ao tema escolhido, tendo como base a revisão de literatura. Após isso, deve ser enfatizado o problema de pesquisa, a fim de expor a necessidade de se realizar o estudo. É importante, se possível, citar hipóteses para a questão a ser estudada. Em seguida, faz-se necessário apresentar os objetivos gerais e específicos, bem como a metodologia a ser seguida pelo pesquisador. Por último, expõe-se a estrutura interna do trabalho, de modo a indicar a forma com que estão distribuídos e organizados os argumentos (UNIVAP, 2020).

2.2.2.2 Desenvolvimento

O desenvolvimento é constituído pela exposição ordenada e detalhada do tema, sendo sistematizado em seções e subseções. Expõem-se os resultados da pesquisa, os quais devem ser discutidos ao longo do texto. A discussão busca comparar ideias, refutando ou confirmando fatos, ressaltando os aspectos relevantes do assunto (UNIVAP,2020).

2.2.2.3 Conclusão

Na conclusão, faz-se necessário sintetizar os componentes do desenvolvimento que respondem a pergunta norteadora, possibilitando a elaboração de hipóteses e considerações finais. Deve-se pontuar, também, as limitações do estudo e a necessidade ou não de realizar novas pesquisas referentes ao tema (UNIVAP, 2020).

2.2.3 Elementos Pós-Textuais

As referências se constituem como único item obrigatório nos elementos pós-textuais.

2.2.3.1 Referências

A elaboração das referências é regulamentada pela Norma Técnica 6023 da ABNT (2018).

De início, tem-se que as referências devem ser ordenadas de acordo com o sistema alfabético ou numérico. No sistema alfabético, ocorre a ordenação por ordem alfabética, sendo identificadas no corpo do texto pelo sistema autor-data ao final das orações, conforme será citado posteriormente na subseção referente a citações. No sistema numérico, as referências devem ser numeradas de acordo com a ordem em que aparecem no texto pela primeira vez. Nesse caso, no corpo do texto, estas são identificadas por seu número sobrescrito, isto é, elevado.

Cada referência é composta por elementos essenciais, os quais podem ser acrescidos de elementos complementares. Os elementos essenciais se constituem como informações indispensáveis para identificar a fonte utilizada, enquanto os elementos complementares podem ou não ser utilizados para melhor caracterização do documento.

Na prática, para elaboração do TCC, tem-se como relevante conhecer os elementos essenciais das principais fontes de informação, que são livros, trabalhos acadêmicos, artigos publicados em periódicos, obras de responsabilidade de pessoa jurídica, legislação e jurisprudência.

Atenção!

- Em todos os casos, deve-se atentar para a ordem de disposição das informações que constam nas referências.

- Para **livros**, em ordem, tem-se os seguintes elementos essenciais:

  a) Autor;
  b) Título em negrito;
  c) Subtítulo, se houver;
  d) Edição, se houver;
  e) Local;
  f) Editora;
  g) Data de publicação.

- Além disso, quando a referência é encontrada em meio eletrônico, deve-se citar o meio de suporte, como *on-line*, CD, DVD, *E-book*, entre outros. Nos casos de suporte *on-line*, é obrigatório registrar o endereço eletrônico precedido da expressão "Disponível em:", bem como a data de acesso precedida da expressão "Acesso em:".

Veja na prática!

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofa.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. E-book. Disponível em: http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdeflosofa.pdf. Acesso em: 21 ago. 2011.

Em relação à referência a **trabalhos acadêmicos**, como TCC, tese e dissertação, em sequência, devem ser descritos os elementos essenciais a seguir:

a) Autor;
b) Título em negrito;
c) Subtítulo, se houver;
d) Ano de depósito;
e) Tipo do trabalho, como TCC, tese e dissertação;
f) Grau, como bacharelado, especialização, mestrado ou doutorado;
g) Curso entre parênteses;
h) Vinculação acadêmica;
i) Local e data de apresentação ou defesa.

Quando a referência é encontrada em meio eletrônico, expõe-se o meio de suporte. Nos casos de suporte *on-line*, também, é obrigatório registrar o endereço eletrônico precedido da expressão "Disponível em:", bem como a data de acesso precedida da expressão "Acesso em:".

Veja na prática!

- ALVES, Daian Péricles. **Implementação de conceitos de manufatura colaborativa:** um projeto virtual. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Industrial Mecânica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

Para **artigos publicados em periódico**, em ordem, tem-se os seguintes elementos essenciais:

a) Autor;
b) Título;
c) Subtítulo, se houver;
d) Local de publicação em negrito;
e) Numeração do ano e/ou volume;
f) Número e/ou edição;
g) Páginas inicial e final;
h) Data ou período de publicação.

Nos casos em que a referência é encontrada em meio eletrônico, cita-se o meio de suporte. Nos casos de suporte *on-line*, faz-se o registro do endereço eletrônico precedido da expressão "Disponível em:", bem como da data de acesso precedida da expressão "Acesso em:". Além disso, quando disponível, deve-se fornecer o DOI.

Veja na prática!

- TAVARES, Raul. O combate naval do Monte Santiago. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, v. 155, t. 101, p. 168-203, 1953.

- SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm. Acesso em: 28 nov. 1998.

As **obras de responsabilidade de pessoa jurídica**, como as elaboradas por órgãos governamentais, empresas e associações, devem ser referenciadas, em sequência, com o seguintes elementos essenciais:

a) Identificação da pessoa jurídica;
b) Título do documento em negrito;
c) Subtítulo do documento, se houver;
d) Local;
e) Sigla que identifica a pessoa jurídica;
f) Data de publicação.

Para obra encontrada em meio eletrônico, cita-se o meio de suporte. Nos casos de suporte *on-line*, faz-se também o registro do endereço eletrônico precedido da expressão "Disponível em:", bem como da data de acesso precedida da expressão "Acesso em:".

Veja na prática!

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo, 1992.** São Paulo: USP, 1993. 467 p.

A **legislação** inclui Constituição, Decreto, Decreto-Lei, Emenda Constitucional, Emenda à Lei Orgânica, Lei Complementar, Lei Delegada, Lei Ordinária, Lei Orgânica e Medida Provisória, entre outros. Para elaboração de sua referência, deve-se dispor em ordem os seguintes elementos essenciais:

a) Jurisdição ou cabeçalho da entidade em letras maiúsculas;
b) Epígrafe e ementa transcrita conforme publicada;
c) Dados da publicação, com título em negrito.

Para legislação encontrada em meio eletrônico, cita-se o meio de suporte. Nos casos de suporte *on-line*, faz-se o registro do endereço eletrônico precedido da expressão "Disponível em:", bem como da data de acesso precedida da expressão "Acesso em:".

Veja na prática!

- RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.** 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

- CURITIBA. **Lei nº 12.092, de 21 de dezembro de 2006.** Estima a receita e fixa a despesa do município de Curitiba para o exercício financeiro de 2007. Curitiba: Câmara Municipal, [2007]. Disponível em: http://domino.cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/98454e416897038b052568fc004fc180/e5df879ac6353e7f032572800061df72. Acesso em: 22 mar. 2007.

A **jurisprudência** inclui acórdão, decisão interlocutória, despacho, sentença, súmula, entre outros. Para referenciá-las, deve-se pontuar os seguintes elementos essenciais:

a) Jurisdição em letras maiúsculas;
b) Nome da corte ou tribunal;
c) Turma e/ou região entre parênteses, se houver;
d) Ementa, se houver;

e) Vara, ofício, cartório, câmara ou outra unidade do tribunal;
f) Nome do relator precedido da palavra "Relator", se houver;
g) Data de julgamento, se houver;
h) Dados da publicação.

Veja na prática!

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). Recurso Extraordinário 313060/SP. Leis 10.927/91 e 11.262 do município de São Paulo. Seguro obrigatório contra furto e roubo de automóveis. Shopping Centers, lojas de departamento, supermercados e empresas com estacionamento para mais de cinquenta veículos. Inconstitucionalidade. Recorrente: Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA. Recorrido: Município de São Paulo. Relatora: Min. Ellen Gracie, 29 de novembro de 20 05. **Lex:** jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, São Paulo, v. 28, n. 327, p. 226-230, 2006.

- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n° 333. Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública. **Diário da Justiça:** seção 1, Brasília, DF, ano 82, n. 32, p. 246, 14 fev. 2007.

3. Apresentação Gráfica do Trabalho Acadêmico

A Norma Técnica 14724 (ABNT, 2011) discorre a respeito a respeito da apresentação gráfica do trabalho acadêmico, tendo embasado o que se dispõe abaixo.

3.1 Tipo de Papel e Uso da Folha

Faz-se uso do papel formato A4 (21,0 cm x 29,7 cm).

Os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso da folha, enquanto os elementos textuais e pós-textuais são digitados no anverso e verso da folha.

3.2 Margens

Utilizam-se os seguintes parâmetros para o anverso da folha:

a) 3cm nas margens superior e esquerda;
b) 2cm nas margens inferior e direita.

Utilizam-se os seguintes parâmetros para o verso da folha:

a) 3cm nas margens superior e direita;
b) 2cm nas margens inferior e esquerda.

3.3 Paginação

As folhas pré-textuais não devem ser numeradas. Assim, faz-se a numeração apenas da introdução às referências.

As páginas são numeradas em sequência, utilizando algarismo arábico, em seu canto superior direito. A numeração deve ser efetuada somente da introdução às referências.

3.4 Configuração da Letra

A escrita é formatada em letra preta, utilizando a fonte Times New Roman ou Arial. O tamanho padrão da letra é 12. Utiliza-se uma letra menor, geralmente tamanho 10, nos seguintes casos: citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, ficha catalográfica, legendas das ilustrações e tabelas. Em relação ao uso da letra em negrito, faz-se uso somente para o título, as seções e as subseções.

3.5 Alinhamento do Texto

Utiliza-se o alinhamento justificado, sendo evitada a separação silábica das palavras.

3.6 Espaçamento Entre Linhas

O espaçamento entre linhas é de 1,5, exceto em citações de mais de 3 linhas, legendas das ilustrações e tabelas, ficha catalográfica, notas de rodapé, referências e descrição da natureza do trabalho, situações nas quais se utiliza o espaçamento simples.

3.7 Indicativos Numéricos de Seção e Subseção

O início da seção ou subseção deve ser indicada pela numeração progressiva em arábico, de forma alinhada à esquerda e separado por um espaço, sem que haja ponto precedendo o título. Observe um exemplo na figura abaixo.

1 Gestão sustentável (seção)
Texto introdutório sobre gestão sustentável.

1.2 Teorias Referentes à Gestão Sustentável (subseção)
Texto específico sobre os aspectos teóricos da gestão sustentável.

1.3 Cenário Prático da Gestão Sustentável (subseção)
Texto específico sobre os aspectos práticos da gestão sustentável.

ATENÇÃO!
Perceba que não há ponto final após o indicativo numérico.

Figura 5 - Aspectos gráficos dos indicativos numéricos
Fonte: Autor.

3.8 Citações

Regidas pela Norma Técnica 10520 da ABNT (2002), as citações se caracterizam pela menção a informações originadas de outras fontes.

Em geral, as citações são classificadas em diretas e indiretas. Na citação direta há transcrição de parte da obra do autor consultado, enquanto na citação indireta o texto apenas é baseado na obra do autor consultado.

As citações diretas que ocupam até 3 linhas, denominadas citações curtas, devem estar contidas entre aspas duplas. As citações diretas com mais de 3 linhas, denominadas citações longas, apresentam o recuo de 4cm da margem esquerda e não deve haver uso de aspas. Além disso, constam no corpo do texto com fonte em tamanho menor.

As citações indiretas não necessitam de aspas ou recuo.

Em todos os casos, deve-se identificar a fonte que origina a citação, sendo o sistema autor-data o mais utilizado para alcançar tal objetivo. Quando há na sentença uma chamada pelo sobrenome do autor, pela Instituição, pelo responsável ou pelo título, a identificação da fonte deve estar grafada em letras maiúsculas e minúsculas.

Veja na prática!

- A ironia seria assim um forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982).

Quando não ocorre na sentença a chamada pelo sobrenome do autor, pela Instituição, pelo responsável ou pelo título, deve-se mencionar a fonte com letras maiúsculas entre parênteses ao final da oração.

Veja na prática!

- "Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...] (DERRIDA, 1967)."

3.9 Ilustrações e Tabelas

Constituem-se como palavras que designam as ilustrações: desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos, figuras, imagens, entre outras.

No corpo do texto, deve-se descrever a palavra designativa e número de ordem de sua ocorrência, seguidos por travessão e título específico, na parte superior à ilustração. A fonte consultada é um item obrigatório, mesmo que seja de produção do próprio autor, sendo citada na parte inferior à ilustração. Após a citação da fonte, é possível acrescentar, ainda, legendas, notas e outras informações necessárias à compreensão da ilustração.

Veja na prática!

Isto é → Palavra designativa e ordem numérica - Título específico

Figura 1 - A desigualdade social

FIGURA REFERENTE À DESIGUALDADE SOCIAL, A QUAL SE CONSTITUI COMO A 1ª FIGURA NO CORPO TEXTUAL

Fonte: Autor. A imagem retrata a realidade do século XXI a respeito das classes sociais.

Isto é → Fonte. Legenda (opcional).

Fluxograma 2 - Disposição das ilustrações no corpo do texto
Fonte: Autor.

Tal como as ilustrações, as tabelas devem ser identificadas em sua parte superior pela palavra designativa seguida de sua ordem de ocorrência, travessão e título específico. Na porção inferior, deve-se também indicar a fonte consultada, mesmo que seja de produção do próprio autor, bem como, quando necessário, legendas, notas e outras informações para sua compreensão.

Veja na prática!

Isto é → Palavra designativa e ordem numérica - Título específico

Tabela 1 - Distribuição de renda por classe social no Brasil

TABELA COM DADOS REFERENTES À DESIGUALDADE SOCIAL, QUE SE CONSTITUI COMO A 1ª TABELA NO CORPO TEXTUAL

Fonte: IBGE. A tabela retrata a realidade a renda média do brasileiro de acordo com a classe social.

Isto é → Fonte. Legenda (opcional).

Fluxograma 3 - Disposição das tabelas no corpo do texto
Fonte: Autor.

3.10 Siglas

A primeira citação de determinada Instituição deverá ser escrita por extenso e, em seguida, coloca-se a sigla entre parênteses. As demais citações devem ser feitas somente com a sigla.

Veja na prática!

1º CITAÇÃO:
As normas da Associaçao Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)...

CITAÇÕES SUBSEQUENTES:
Dessa forma, tem-se que a ABNT constribiu para...

Figura 6 - Uso de siglas no corpo do texto
Fonte: Autor.

RESUMO

As diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos devem ser compreendidas para que o estudante seja capaz de elaborar o TCC, especialmente as que se caracterizam como obrigatórias.

Em relação aos componentes estruturais, deve-se memorizar a divisão do trabalho acadêmico em parte externa e parte interna. A parte externa tem como elemento obrigatório a capa. A parte interna pode ser dividida em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Nos elementos pré-textuais, é obrigatório elaborar a folha de rosto, a folha de aprovação, o resumo em língua vernácula, o resumo em língua estrangeira e o sumário. Nos elementos textuais, deve-se construir a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Nos elementos pós-textuais, as referências se constituem como único item obrigatório.

Ademais, é importante conhecer a apresentação gráfica dos trabalhos acadêmicos, enfatizando a formatação da página e do conteúdo.

ATIVIDADES

1. Por que é importante padronizar a apresentação dos trabalhos acadêmicos?

2. Quais são os componentes estruturais do trabalho acadêmico? Descreva minuciosamente os itens obrigatórios para apresentação deste estudo.

3. Quais são as principais normas de formatação das páginas do trabalho acadêmico?

4. Quais são as principais normas de formatação do texto do trabalho acadêmico?

5. Quais são as principais Normas Técnicas da ABNT que regem a elaboração do trabalho acadêmico?

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027:** informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028:** informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. **Normalização dos trabalhos acadêmicos da UNIVAP.** São Paulo: UNIVAP, 2020.

CAPÍTULO II

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

Prof. Dr. Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

Objetivos Específicos

- Conceituar a monografia, caracterizando-a como um tipo de estudo científico;
- Associar a monografia ao Trabalho de Conclusão de Curso, entendendo sua aplicabilidade em temas da atualidade em Administração Pública.

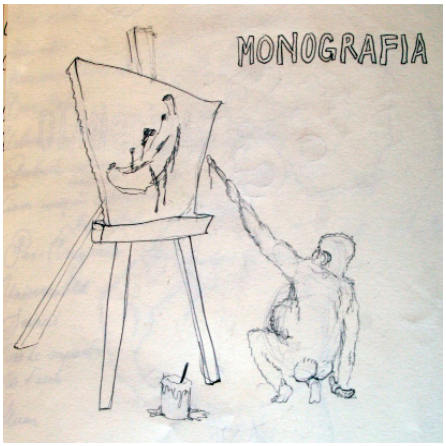
Introdução

Este capítulo visa conhecer a monografia, a fim de possibilitar o uso desse tipo de estudo como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Serão apresentados também temas da atualidade em Administração Pública passíveis de serem abordados pela monografia. No decorrer do capítulo há conteúdos complementares para facilitar o entendimento.

1. Conceitos Iniciais

O termo "monografia" se origina do grego *monos*, que significa "única", e *graphein*, que quer dizer "escrita". Portanto, trata-se de um material que aborda um único tema, para que seja possível abordá-lo em profundidade, expondo seus vários aspectos e ângulos (SILVA, 2015) (PEREIRA; SHITSUKA; PARREIRA; SHITSUKA, 2018).

Figura 1 - A monografia e sua profundidade em um único tema
Fonte:https://www.flickr.com/photos/san_chez/7608656736/in/photolist-cAmmyQ-fA27j2-fsC9oS-24KVHZR-fsnWSk-fsnPQT-fsnQsZ-HxFa4D-2gPw9RD-fsnUdg-ah1f49-2hqoWsZ-fsnSwR-2gnxjUx-fsCdML-2gUER96-fsnViT-fsnUKg-fsCgEC-fsCi2b-fsnRVt-21GgUxS-JabwT2-fsnRtv-V8bVHk-2h5bkk3-2gH6YFG-25K79zm-2hd3KGp-afRhkZ-VYxB8o-4b5MYE-46CoVV-2gseVaN-7Y6UVX-V1gdvt-82zELV-8xPvAU-xvXr8r-8EM5jM-ftQRqg-4fwegJ-ftS1R2-fxHYLx-fsnPdt-2iGLxJL-fxHUAV-2h6FqqS-fu68co-7ktL7V



A profundidade necessária para construção de uma monografia torna obrigatório o rigor metodológico. Assim, a monografia é constituída pela demonstração dos resultados de uma pesquisa pautada no método científico (SILVA, 2015). Embora comparável à profundidade de uma obra de arte, não se trata de uma criação inspiracional, mas resulta de ampla pesquisa por parte do autor.

SAIBA MAIS

Para elaboração de todos os tipos de estudo, incluindo a monografia, tem-se como de extrema importância conhecer os conceitos que permeiam o conhecimento.

Tartuce (2006) reflete o seguinte:

> Assim, o conhecimento pode ser definido como sendo a manifestação da consciência de conhecer. Ao viver, o ser humano tem experiências progressivas, da dor e do prazer, da fome e saciedade, do quente e do frio, entre muitas outras. É o conhecimento que se dá pela vivência circunstancial e estrutural das propriedades necessárias à adaptação, interpretação e assimilação do meio interior e exterior do ser. Dessa maneira, ocorrem, então, as relações entre sensação, percepção e conhecimento, sendo que a percepção tem uma função mediadora entre o mundo caótico dos sentidos e o mundo mais ou menos organizado da atividade cognitiva. É importante frisar que o conhecimento, como também o ato de conhecer, existe como forma de solução de problemas próprios e comuns à vida.

O conhecimento científico surge através da determinação de um objeto específico a ser investigado, explicitando o método de investigação (GERHARDT; SOUZA, 2009).

Devido à magnitude de objetos estudados, a Ciência foi classificada em subtipos de acordo com as especificidades a serem pesquisadas.

Fluxograma 1 - Relação entre os conceitos de Ciência e Conhecimento
Fonte: Pereira, A. et al. Metodologia da Pesquisa Científica. 1 ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1

Têm-se, assim, as Ciências Sociais Aplicadas, área do conhecimento na qual se estuda o comportamento humano e da sociedade, visando aplicar teorias às necessidades humanas (GERHARDT; SOUZA, 2009). A Administração Pública se constitui como um ramo das Ciências Sociais Aplicadas, sendo relevante conhecer seu conceito antes da elaboração de trabalhos científicos na área.

De acordo com Maximiano (2000):

> Administração significa, em primeiro lugar, ação. A administração é um processo de tomar decisões e realizar ações que compreendem quatro processos principais interligados: planejamento, organização, execução e controle. Os processos administrativos são também chamados funções administrativas ou funções gerenciais. Outros processos ou funções importantes, como coordenação, direção, comunicação e participação, contribuem para realização dos quatro processos principais.

A partir da visão de Chaves (2019):

> A administração, em sentido mais amplo, é um elemento presente no cotidiano de todas as pessoas. Qualquer espaço onde haja convívio humano necessita da arte de gerir para que sua organização se efetive. Nesse ínterim, a Administração Pública se apresenta como um instrumento de extrema importância para aferir a sociedade.
>
> [...] o conceito de Administração Pública é bastante amplo e abarca os diversos setores da sociedade pelos quais o Estado se responsabiliza e conduz ações em prol da sociedade. Trata-se, portanto, de um instrumento de extrema importância para o desenvolvimento e equilíbrio social.

2. Aspectos Estruturais e Apresentação Gráfica da Monografia

A monografia deve ser elaborada de acordo com as diretrizes que regem a construção dos trabalhos acadêmicos. São utilizadas as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para trabalhos acadêmicos, tal como foi descrito no Capítulo 1.

3. Seleção Temática e Pergunta Norteadora

O estudante deve escolher um tema de seu interesse, com o qual tenha familiaridade, tendo em vista que é importante algum grau de compreensão sobre o assunto para a adequada realização da pesquisa.

Tem-se como relevante a participação de um orientador experiente, o qual deverá discutir com o estudante o tema e seus recortes, de modo a tornar o conteúdo mais específico e, portanto, possível de ser abordado em profundidade (PEREIRA; SHITSUKA; PARREIRA; SHITSUKA, 2018).

Após tornar o tema específico para ser abordado em todas as suas perspectivas, é importante que o estudante perceba a pergunta norteadora de seu trabalho, a qual se constitui como etapa mais importante na realização de uma pesquisa científica (GRAZIOSI; LIEBANO; NAHAS, 2011).

3.1 Temas atuais em Administração Pública

O presente capítulo trará dois temas atuais capazes de inspirar uma monografia. A partir do aprofundamento nestes, você perceberá inúmeras perguntas norteadoras capazes de guiar o seu TCC.

3.1.1 Gestão Sustentável em Políticas Públicas

No Brasil, a Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986, Art. 1º, define o que se considera como impacto ao meio ambiente:

> Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

A questão ambiental tem sido debatida desde o início da Revolução Industrial, período no qual se questionava a produção acelerada das indústrias em contraponto ao esgotamento dos recursos naturais, embora tenha havido priorização do crescimento econômico (ARANTES; NETO; CARDOSO, 2014).

A esse respeito, segundo Franco e Druck (1988):

> A partir da Revolução Industrial - que se expandiu progressivamente da Inglaterra para o resto do mundo ocidental e, no século XX, se desdobra 'modernamente' no mundo oriental -, podem ser destacados elementos marcantes de transformação profunda na vida dos homens entre si e com o meio ambiente e, consequentemente, das condições objetivas e subjetivas da saúde humana e da sustentabilidade ambiental.
>
> Os padrões de produção e consumo gestados ao longo dos últimos séculos passaram a redefinir, cada vez mais profundamente, tanto o estado das águas, do ar, dos solos, da fauna e da flora, quanto as próprias condições históricas da existência humana: seus espaços de moradia e de trabalho, seus fluxos migratórios, as situações de saúde e morte. Por conseguinte, é histórica a relação entre riscos industriais, meio ambiente e saúde das populações, que muda com as feições das diferentes formas civilizatórias.

Figura 2 - O ideal da Revolução Industrial
Fonte: https://www.flickr.com/photos/tudodomundo/21317494164/in/photolist-E8RFRr-pQGRxh--JaPj9V-4jCHbG-29qfFTD-9J6qvQ-t3t9Jm-avFqe5-dfPF8A-sqGJEx-9GuDjd-D1T9hp-q94jPb--qQTK8i-rrmLmL-smjQdc-rRu88D-23SnMjF-7b6oxx-7bapEA-aDZLkC-co7R3b-Pbj6Q5-2gbUzgu--2gbUyQj-9J6qw3-cgY1eh-2gbUTHi-2gbUz57-27ByhzE-8enHTB-8g4N8o-2gbUznX-h6aq8r--2gbUn6k-6h6NdE-ytKJjQ-23SnMUi-25eohv8-6bJN9R-25eohoV-25eohhH-22tuAVm-9SQkty--25eohd4-fXoZcJ-23SnMv2-25eohma-22tuAUu-8KQ685

Ao longo dos anos foram reconhecidos os impactos negativos da intervenção humana na natureza. Dessa forma, tem sido proposto o desenvolvimento sustentável, que pretende atender às demandas econômicas intrínsecas ao ser humano e, simultaneamente, preservar os recursos ambientais.

Prova disso se encontra no fato de, no início da década de 80, do séc. XX, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ter elaborado, por solicitação das Nações Unidas, um estudo sobre a qualidade ambiental no mundo, apresentando, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, que os indivíduos são responsáveis pela manutenção da sustentabilidade do planeta em função de sua própria preservação (SCHENINI; NASCIMENTO, 2002).

Figura 3 - O desenvolvimento aliado à sustentabilidade
Fonte: https://unsplash.com/photos/UlhqBdj6ecQ

A esse respeito, visando atenuar os impactos que as ações públicas podem gerar no meio ambiente, a Administração Pública deve promover as ações de sustentabilidade, fato passível de ser efetivado por meio da elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável, que se constituem como instrumentos de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, bem como metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação (ARANTES; NETO; CARDOSO, 2014).

No entanto, percebe-se que outros estudos expõem dificuldades em se estabelecer a Administração Pública sustentável, tal como discorre Schenini e Nascimento (2002):

> Independente das motivações apresentadas, os governos federal, estaduais e, especialmente, os municipais têm buscado se adequar às exigências da preservação, pela utilização de técnicas que utilizam racionalmente os recursos e evitam a poluição. A esse conjunto de novas formas e procedimentos de trabalho foi dada a denominação tecnologias limpas, ou ambientalmente amigáveis.
>
> Na gestão pública sustentável, os seus participantes, sejam eles dirigentes, gerentes ou funcionários, enfrentam o problema gerencial de achar e instalar as tecnologias apropriadas para suas diferentes necessidades.

Assim, embora o desenvolvimento sustentável se enquadre como responsabilidade da Administração Pública, tem-se que há necessidade de melhorias para sua efetivação.

No cenário do trabalho científico, uma monografia seria capaz de discorrer, por exemplo, sobre o Plano de Gestão de Logística Sustentável de um órgão público específico, contrapondo-o às ações de sustentabilidade vistas no cenário prático, traçando possíveis soluções.

Leitura Complementar

http://funag.gov.br/biblioteca/download/1047-conferencias-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf

https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/17/desenvolvimento_sustentavel_56.pdf

Sugestão de filme

Tempos Modernos (1936)
O Sal da Terra (2014)

3.1.2 Políticas Públicas para Democratização do Ensino Superior

No Brasil, têm-se percebido preocupações no que tange à inclusão em Instituições de Ensino Superior (IES), posto que se percebe considerável déficit neste quesito ao se efetuar a comparação com os demais países de situação econômica similar. A razão da dificuldade para ingresso e permanência em IES se relaciona com a desigualdade de oportunidades oferecidas às diferentes classes sociais brasileiras (HERINGER, 2018).

Figura 4 - A desigualdade social
Fonte: https://www.flickr.com/photos/52335310@N04/5560265204/in/photolist-9tkP8s--3f9aVH-acr31M-7ExxDK-7Pdmiy-4STZPL-9bnnK8-a8dyPM-a9VFbB-7s1yV5-5UwdNs--LYr2PS-7yrrzZ-4XrWMf-4XnJ18-VEzUR-25mYV6b-cmtZ4f-dgUgTA-7UYyep-4XnH1g--3etrrn-5CUrBv-283BNnj-4XrVJu-4XnGCv-8fYtyw-4MLb1W-283BXn3-xPswRB-4M3yFs--cZ1hEf-mdrJGz-4XnG8F-9gUB8X-dgMtw8-4zjXKQ-owGsvq-U2AC5N-48UUGL-7ZCpWP--4F82Sc-dCKK2-3f9aF8-4SGNVw-4XnG5n-25mYPrA-4XrYfm-7s1yXC-KZ2Y6N

Nesse contexto, tem havido a implementação de políticas públicas que ampliam o acesso às IES, sendo de extrema importância a expansão do sistema universitário público; a criação do ProUni, um programa de bolsas do governo federal para estudantes em instituições privadas; a ampliação do FIES, um programa de financiamento estudantil; a criação e expansão de institutos federais de educação técnica e tecnológica; e as políticas de ação afirmativa (HERINGER, 2018).

Nos últimos anos, ocorreu considerável expansão no ingresso a Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Entre 2008 e 2018, observou-se um aumento no número de matrículas de 33,8% na rede pública e 49,8% na rede privada (INEP, 2018).

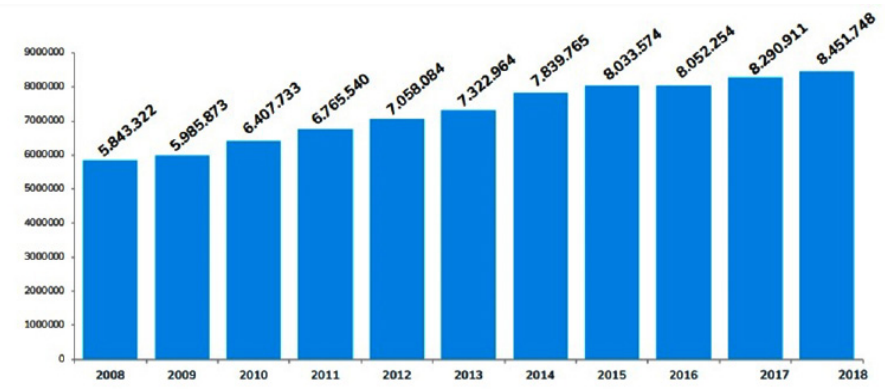


Gráfico 1 - Número de matrículas na educação superior entre 2008 e 2018
Fonte: INEP. Censo de Educação Superior 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf

Embora se perceba a melhoria no acesso à educação superior, tem-se como relevante questão a permanência dos estudantes em condição de vulnerabilidade nas IES. Diversas medidas têm sido discutidas a esse respeito, de forma que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), formulado em 2010, define ações que deverão ser adotadas nas seguintes áreas: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esportes; educação infantil para filhos de estudantes; acesso, participação e aprendizagem de estudantes portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Em contrapartida, os recursos financeiros destinados ao PNAES têm-se demonstrado insuficientes para efetivação das metas estabelecidas (HERINGER, 2018). Tal fato se constitui como déficit na efetivação de políticas públicas no país.

No que tange à elaboração de trabalhos científicos, uma monografia seria capaz de contrapor os planos de políticas públicas voltadas à garantia da permanência no ensino superior e o cenário prático em que se encontram os estudantes em vulnerabilidade, buscando encontrar soluções viáveis.

Leitura Complementar

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

RESUMO

A monografia é um tipo de estudo que aborda um único tema de modo aprofundado, em que se analisam os vários aspectos e ângulos que permeiam a questão a ser estudada.

A estruturação deste tipo de estudo se dá conforme ditam as Normas Técnicas da ABNT para trabalhos acadêmicos.

Duas temáticas relevantes e passíveis de serem estudadas por um monografia são gestão sustentável e democratização do ensino superior, ambas podendo ser contrapostas ao déficit atual das políticas públicas que visam a sua garantia.

ATIVIDADES

1. A monografia é um tipo de estudo científico?

2. Quais são as principais características da monografia?

3. Elabore uma pergunta de pesquisa para uma monografia a respeito do ideal de gestão sustentável em contraponto com uma política pública atual.

4. Elabore uma pergunta de pesquisa para uma monografia a respeito do ideal de democratização do ensino superior em contraponto com uma política pública atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Online*. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm**. Acesso em: 25 nov. 2020.

CHAVES, F D P; ALBUQUERQUE I P P R. **Conceitos sobre a administração pública e suas contribuições para a sociedade.** Caderno de Administração. Revista do Departamento de Administração da FEA. São Paulo, 2019. n. 1, v. 13, p. 93-104. Online. Disponível em: **https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/43713/29716**. Acesso em: 24 nov. 2020.

CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 7., 2014, Brasília. **Planos de gestão de logística sustentável: ferramenta para boas práticas na gestão pública.** Brasília: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2014. Online. Disponível em: **https://docplayer.com.br/13187488-Pla-**

nos-de-gestao-de-logistica-sustentavel-ferramenta-para-boas-praticas--na-gestao-publica.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA Nº 001.** Brasília: IBAMA, 1986. Online. Disponível em: **http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/resolu%C3%A7%C3%A3o%20conama%200186;1505;20100818.pdf**. Acesso em: 15 nov. 2020.

FRANCO, T; DRUCK, G. **Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente.** Ciência & Saúde Coletiva. Salvador, 1998. n. 2, v. 3, p. 61-71. Online. Disponível em: **https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413--81231998000200006&script=sci_abstract&tlng=pt**. Acesso em: 20. nov. 2020.

GERHARDT, T E; SILVEIRA, D T. **Métodos de pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. E-book. Disponível em: **http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf**. Acesso em: 23 nov. 2020.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. Revista Brasileira de Orientação Profissional. Rio de Janeiro, 2018. n. 1, v. 19, p. 7-17. *Online*. Disponível em: **http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679--33902018000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt**. Acesso em: 18 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2018: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2019. Online. Disponível em: **http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf**. Acesso em: 12 nov. 2020.

MAXIMIANO, A C A. **Introdução à administração**. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: ATLAS S.A, 2000.

PEREIRA, A S; SHITSUKA, D M; PARREIRA, F J; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. 1ª ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. E-book. Disponível em: **https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf**. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, A M. Metodologia da pesquisa. 2ª ed. rev. Fortaleza, CE: EdUECE, 2015. *E-book*. Disponível em: **https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432206/2/Livro_Metodologia%20da%20Pesquisa%20--%20Comum%20a%20todos%20os%20cursos.pdf**. Acesso em: 20 nov. 2020.

TARTUCE, T J A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza, CE: UNICE, Ensino Superior, 2006.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

Objetivos Específicos

- Conceituar o artigo científico, entendendo suas particularidades;
- Associar o artigo científico ao Trabalho de Conclusão de Curso, entendendo sua aplicabilidade em temas atuais da Administração Pública.

Introdução

1. Conceitos Iniciais

Compreende-se o artigo científico como parte de uma publicação, a qual apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados, sendo de autoria declarada (ABNT, 2018). Em suma, constitui-se como um texto técnico-científico, de única ou múltipla autoria, o qual deve se encontrar de acordo com as normas editoriais de uma revista, jornal ou outro periódico.

Marconi e Lakatos (1991) atribuem ao artigo científico três características:

a) Não se dispõe em matéria de livro;
b) Encontra-se publicado em revistas ou periódicos especializados;
c) Permitem ao leitor repetir a experiência, tendo em vista sua completude.

Os periódicos são considerados a fonte primária mais relevante para a comunidade científica. Através do periódico, a pesquisa é formalizada e divulgada, a fim de promover a adequada comunicação na Ciência. Tem-se como vantagem, em relação a outras fontes de informação, o fato de serem um canal ágil e rápido na disseminação do saber.

SAIBA MAIS

Criados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Qualis Periódicos consiste em uma série de procedimentos utilizados na avaliação de periódicos científicos no Brasil. Em suma, o Qualis Periódicos possui oito classificações, isto é, A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4. A classificação A1 é a mais elevada a ser recebida por um periódico, enquanto a classificação C se constitui como pontuação zero. O Qualis, em suma, permite comparar a visibilidade e credibilidade de um periódico.

Leitura Complementar

https://www.aguia.usp.br/apoio-pesquisador/escrita-publicacao--cientifica/selecao-revistas-publicacao/qualis-periodicos/

Faz-se necessário compreender que este tipo de estudo pode ser classificado em original ou de revisão (ABNT, 2018).

O artigo original é um trabalho resultante de pesquisa científica que apresenta dados originais, os quais foram descobertos a partir de aspectos observacionais ou experimentais. Este inclui uma análise descritiva e/ou inferências de dados próprios (UNILESTE, 2012).

O artigo de revisão se constitui como uma síntese crítica de conhecimentos disponíveis relacionados a determinado tema, a partir da análise e interpretação de bibliografia pertinente que discute os limites e alcances metodológicos. Desse modo, permite indicar perspectivas de continuidade de estudos sobre a linha de pesquisa realizada. Em outras palavras, esses trabalhos objetivam resumir, analisar, avaliar ou sintetizar estudos anteriormente publicados (UNILESTE, 2012).

SAIBA MAIS

As revisões de literatura são classificadas de acordo com seu método de elaboração. Assim, tem-se as revisões narrativa, sistemática e integrativa (CASARIN, S T; PORTO, A R; GABATZ, R I B; BONOW, C A; RIBEIRO, J P; MOTA, M S, 2020).

A revisão narrativa não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para efetivar a busca e análise crítica da literatura. Assim, a seleção dos estudos e a interpretação dos dados podem estar sujeitas à subjetividade de cada autor.

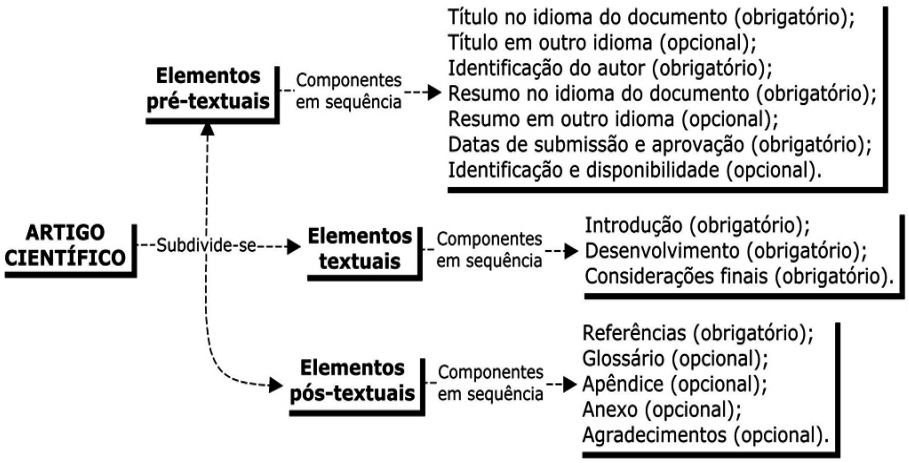
A revisão sistemática se constitui como uma investigação científica. Objetiva levantar, reunir e avaliar criticamente a metodologia da pesquisa e sintetizar os resultados de diversos estudos primários. Para tanto, faz uso de métodos sistemáticos explícitos para recuperar, selecionar e avaliar resultados de estudos relevantes. Reúne e sistematiza, então, os dados de estudos primários. Tem-se que a revisão sistemática é a evidência científica de maior grandeza, sendo estas indicadas, inclusive, na tomada de decisão na gestão pública.

A revisão integrativa surgiu como modo de revisar e combinar estudos com diversas metodologias, tais como os métodos observacionais e experimentais. Tem como finalidade revisar diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas. A combinação de pesquisas com diferentes métodos amplia as possibilidades de análise bibliográfica.

2. Estrutura do Artigo Científico

A Norma Técnica 6022 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2018) comumente determina as diretrizes para elaboração dos artigos científicos, especialmente nas Ciências Sociais Aplicadas, tendo esta sido referência para elaboração do conteúdo descrito nesta seção.

Embora seja passível de utilização para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conceitualmente o artigo científico não se restringe a esta finalidade. Desse modo, tem-se que sua estrutura possui algumas distinções das diretrizes abordadas no Capítulo 1 que se referem aos trabalhos acadêmicos.



Fluxograma 1 - Componentes do artigo científico
Fonte: Autor.

Atenção!

- Na análise dos itens obrigatórios para elaboração de cada elemento de um artigo científico, deve-se atentar para as distinções em relação ao que foi descrito para os trabalhos acadêmicos. Compare o fluxograma acima, referente ao artigo científico, com o fluxograma 1 apresentado no Capítulo 1, sobre trabalhos acadêmicos.

- O estudante, a fim de elaborar o TCC em formato de artigo científico, deve estar atento principalmente aos itens obrigatórios, os quais serão expostos a seguir.

2.2 Elementos pré-textuais

2.2.1 Título

O título e o subtítulo, se houver, devem estar dispostos na página de abertura do artigo, separados por dois-pontos e no idioma do texto.

2.2.2 Identificação do autor

O nome completo do autor deve ser inserido de forma direta. Para mais de um autor, os nomes podem ser grafados na mesma linha, separados por vírgula, ou em linhas distintas.

Além disso, deve constar, em nota e com sistema de chamada próprio, o currículo sucinto de cada autor, com vinculação corporativa e endereço de contato.

2.2.3 Resumo no idioma do documento

O resumo deve ser elaborado tal como foi descrito na subseção 2.2.1.3 do Capítulo 1.

Atenção!

- Não se deve esquecer de incluir, abaixo do resumo, as palavras-chave.

2.2.4 Datas de submissão e aprovação

Devem ser indicadas as datas de submissão e aprovação do artigo para publicação, explicitando dia, mês e ano.

2.3 Elementos textuais e pós-textuais

Para compor os elementos textuais, deve-se elaborar a introdução, o desenvolvimento e as considerações finais. Nos elementos pós-textuais, têm-se as referências como único item obrigatório. Esses elementos são elaborados conforme o descrito nas subseções 2.2.2 e 2.2.3 do Capítulo 1.

3. Apresentação Gráfica do Artigo Científico

Os aspectos gráficos do artigo científico obedecem às normas dispostas na seção 3 do Capítulo 1.

4. Seleção Temática e Pergunta Norteadora

A escolha do tema e a e a elaboração da questão de pesquisa são elementos fundamentais para todos os tipos de estudo científico.

A temática geral escolhida deve despertar interesse no estudante pesquisador, tendo em vista a necessidade de compreender bem o conteúdo para realizar adequadamente a pesquisa. O afunilamento do tema e elaboração da pergunta norteadora muitas vezes depende do auxílio de um orientador, especialmente para estudantes que não possuem experiência com a pesquisa científica.

SAIBA MAIS

Uma boa questão de pesquisa deve estar adequada ao acrônimo "FINER". Desse modo, deve ser factível, interessante, nova, ética e relevante (PALATINO; FERREIRA, 2017).

O termo factível se refere ao fato de a pesquisa ser passível de elaboração. Deve-se considerar principalmente o domínio técnico, o tempo e custos envolvidos e os limites e problemas práticos de se estudar a questão. A questão de pesquisa deve ser também interessante, especialmente no que se refere aos financiadores do estudo. No TCC, tem-se que a pesquisa costuma ser patrocinada pelo próprio pesquisador, reafirmando a necessidade de a questão despertar interesse por parte do estudante. Em relação à inovação, tem-se que a questão não necessita ser totalmente original, podendo também questionar informações anteriores, quando for cabível. No entanto, não se deve trabalhar uma questão que é completamente compreendida pela ciência. A pergunta norteadora deve, ainda, se relacionar com as questões éticas, atentando-se para os riscos e benefícios aos sujeitos envolvidos no estudo. A relevância do estudo se constitui como a característica mais importante da questão de pesquisa. Consiste na justificativa do estudo, devendo-se ponderar se os desfechos da questão poderão trazer benefícios ao conhecimento científico. Por fim, tem-se que, ao desenvolver uma pergunta de pesquisa, deve-se pensar em transmitir o conhecimento adquirido através de sua publicação (PALATINO; FERREIRA, 2017)

Leitura Complementar

Conheça a estratégia de acrônimo "PICO" para elaboração da pergunta norteadora.

https://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n3/pt_v15n3a23.pdf

4.1 Temas atuais em Administração Pública

O presente capítulo trará dois temas passíveis de serem abordados em um artigo científico. Caso estes despertem o seu interesse, você deverá se aprofundar no assunto por meio da revisão literária. A partir disso, será possível elaborar várias perguntas norteadoras capazes de guiar o seu TCC.

4.1.1 Uso de telemedicina no SUS

Segundo a Organização Mundial da Saúde, telemedicina pode ser definida, como a oferta de serviços ligados aos cuidados com a saúde, nos casos em que a distância ou o tempo é um fator crítico. Tais serviços são providos por profissionais da área de saúde, usando tecnologias de informação e de comunicação para o intercâmbio de informações. Trata-se do exercício da medicina através da utilização de metodologias interativas de comunicação audiovisual e de dados, com o objetivo de assistência, educação e pesquisa em saúde (WHO, 2009).

As atividades da telemedicina já estão incorporadas, em nível mundial, nas práticas assistenciais e com resultados expressivos na melhora do acesso a serviços médicos. Contudo, no tocante aos países em desenvolvimento, principalmente ao Brasil, a história da evolução da telemedicina é relativamente recente e ainda não possui uma legislação que regule essa prática de forma ampla e acessível no sistema público de saúde. Atualmente, as Portarias GM de nº 402/2010, nº 2.546 /2011 e nº 2.554/2011, do Ministério da Saúde, versam sobre o Programa de Telessaúde Brasil no SUS, enfatizando sua importância na atenção básica à saúde; e a Resolução CFM nº 1.821/2007, do Conselho Federal de Medicina, que estabelece alguns limites técnicos e éticos para a telemedicina. Em suma, ainda faltam segurança e respaldo legal para assegurar essa prática no país. (OLIVEIRA; TOKARSKI; JAPIASSU; SILVA, 2020).

Concomitante a esse cenário, o Sistema Único de Saúde enfrenta desafios importantes que repercutem no acesso, dentre eles, o atendimento aos preceitos da universalidade (ser acessível a todos) e da equidade (de acordo com a necessidade de cada um) devido a uma realidade de mudanças nas características de saúde e doença da população, com destaque para as doenças crônicas decorrentes do estilo de vida mais sedentário e do padrão de alimentação precário em relação ao que é considerado saudável (PAULA; MALDONADO; GADELHA, 2020).

Ao ampliar o acesso e promover melhorias na prestação dos cuidados de saúde, é indiscutível que a telemedicina traz melhorias na área. Além dessas, outras vantagens são: a ampliação do acesso aos serviços médicos especializados nas localidades remotas que ainda não os apresentam, a melhoria da qualidade da atenção à saúde, a redução do tempo gasto entre o diagnóstico e a terapia, a racionalização de custos e o apoio à vigilância epidemiológica, auxiliando na identificação e rastreamento de problemas de saúde pública. Ou seja, nos países em desenvolvimento, a telemedicina possui potencial de sanar as principais dificuldades em saúde (MALDONADO; MARQUES; CRUZ, 2016).

Embora esses pontos positivos venham endossando as discussões atuais acerca dessa prática, a telemedicina não apresenta só virtudes. Há uma série de problemas que se originam da necessidade de garantia de segurança das informações e da dificuldade ética e legal de estabelecer níveis de responsabilidade entre os profissionais e usuários. Dentre eles, destacam-se: o acesso e a qualidade dessa tecnologia (internet), investimento elevado, resistência a mudanças organizacionais e comportamentais nos serviços de saúde, garantia de privacidade e confidencialidade ao paciente, falta de provisão no atual código de ética médica para medicina à distância e a resistência dos conselhos éticos e profissionais (MALDONADO; MARQUES; CRUZ, 2016; OLIVEIRA; TOKARSKI; JAPIASSU; SILVA, 2020;).

Diante disso, é fundamental o entendimento de que a telemedicina tem um grande potencial em solucionar grandes desafios contemporâneos da saúde, principalmente diante das dificuldades enfrentadas pela população brasileira para ter acesso aos serviços de saúde. No entanto, é necessário um respaldo ético e legal que garanta essa prática no país de forma a permitir maior integração do sistema e a efetivação do direito integral à saúde.

Figura 1 – Telemedicina e o acesso à saúde facilitado pela tecnologia
Fonte:https://www.flickr.com/photos/166686054@N05/46888204132/in/photolist-2ermiwC-2cJXKmk-21xuyvw-DuBrN7-bL4zSt-bx9Tt5-2jrBhdb-2joC39U-zKu6z-bx9Th7-bx9Tcq-bL4Asr-pqWteB-bx9Tj3-bL4A5K-bx9TuY-bx9TBQ-6FEezE-7tqvhd-2dwtUZe-bx9T9U-KfELey-6dZWiN-edkTWc-2fvfJsP-anYEGs-2e6E8zX-bFgwGz-a3zES6-2ezdbR1-a3Cx55-a3Cx4h-btwiEP-a3Cx6y-a3Cx3u-6Qo272-4y3iJq-P2Fivm-5HSLp4-iC136X-zqsRk9-iYM8FH-2dKtgxU-2dSspCy-a3zEXn-23sUS7g-2hVPKGm-DeFA4N-2dEqrSQ-2ermDRq

Encaixando esse tema aos moldes de um artigo científico, têm-se inúmeras possibilidades metodológicas para a sua exploração. Uma delas seria o desenvolvimento de um artigo original, do tipo transversal, com a aplicação de questionários aos usuários do Sistema Único de Saúde de determinada região sobre o conhecimento e a opinião dessa população sobre a telemedicina, bem como sobre a possibilidade ou não de sua aplicação na realidade de cada indivíduo. Os resultados poderiam demonstrar, por exemplo, a necessidade de se implantar políticas públicas para melhoria da saúde do país a partir da telemedicina.

SAIBA MAIS

Embora possam apresentar definições distintas para diversos autores, é importante diferenciarmos alguns termos que, para Maldonado, Marques e Cruz (2016) são:

a) Telessaúde é um termo que define a ampliação da esfera de ação da telemedicina para a promoção e prevenção em saúde, para além dos aspectos clínicos e de atenção médica. É um conceito mais amplo e multidisciplinar pois abrange todas as outras áreas relacionadas com a saúde, como enfermagem, odontologia, psicologia, fisioterapia e fonoaudiologia;

b) Cibermedicina é o nome dado ao acesso no ciberespaço à informação médica por profissional ou população em geral;

c) E-saúde é o nome dado ao acesso a informações médicas pelos pacientes ou pela população. Na atualidade compreende, também, a possibilidade de melhorar os processos e a gestão dos serviços de saúde com o uso das tecnologias de informação e comunicação – TIC's.

4.1.2 Importância da comunicação na gestão pública

A comunicação pública tem como objetivo proporcionar o fluxo de informações de interesse coletivo e individual, visando a informação, o diálogo e a expressão popular como direito social. Ela deve fazer parte da máquina pública, uma vez que a comunicação tem um papel fundamental e decisivo na exposição do trabalho efetuado em uma gestão (LEMOS, 2011).

De acordo com Viegas (2004), o direito à informação é um instrumento de significativa importância para o desenvolvimento do Estado e da participação da pessoa no exercício da cidadania, o que é corroborado pelo princípio da publicidade assegurado no art. 37º da Constituição Federal de 1988, que determina à administração pública o dever de dar transparência aos atos praticados no exercício da sua atividade. Foi a partir dessa premissa que surgiu a Lei Complementar nº 131/09, também conhecida como Lei da Transparência, que estabelece normas de finanças

públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (RIBEIRO; FERREIRA; TEIXEIRA, 2017; BRASIL, 2009).

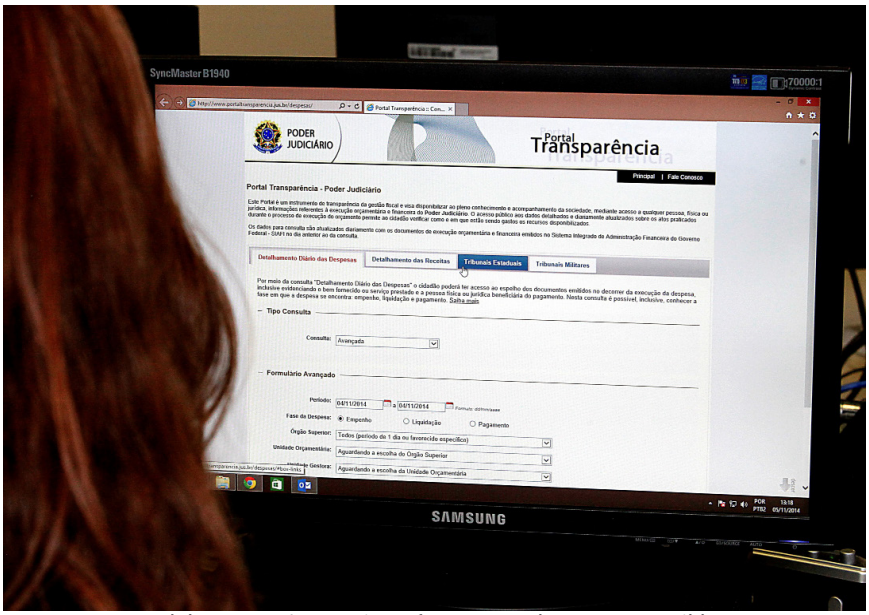


Figura 2 – O Portal da Transparência reúne informações sobre os gastos públicos
Fonte:https://www.flickr.com/photos/cnj_oficial/15532308057/in/photolist-pEx93M-pEudab-YHSewk-YvdZsk-9fDy5b-9fApMB-bzeyjo-YHSfPk-YHSk1M-Yve5Nk-YsEbf1-XrR9ES-YHSsvM-XtSmLR-Yve6VR-rJVVHF-253SvJy-e8HpbE-gygnNH-gygrhh-wkj7Qc-SGw7EN-gygWWz-wNvitT-oXRMDS-8DkJYH-r7spQR-rJVVrZ-s1XLKu-8DkK4i-s4844Y-r7spoZ-s1XKCj-rJVVm8-r7sqeB-r7fFhh-rJVUwT-pdjHyq-s1XKws-pfmBS8-s4fNwD-rLNsi4-pfjA6J-8wKNbv-eh1VFV-8wKQyt-8wKKYM-8wKKmn-8wNMcC-8wNV2q

Gomes Filho (2005) ressalta que a informação gera mais informação, isto é, ao publicar dados, seja através de órgãos oficiais ou da mídia, o gestor público acaba gerando debates entre os componentes da sociedade e fortalecendo a democracia. Reiterando isto, o autor cita:

> Essa emergência da informação, como consequência dos processos de informatização, montou o cenário favorável à promoção da transparência. As pessoas naturalmente tendem a avaliar positivamente a transparência no relacionamento humano. Com o avanço dos processos que definem a globalização, aumentou a transparência, na medida em se derrubaram barreiras, se transpuseram fronteiras e se venceram limites que separavam as pessoas, dando margem a um ambiente de valorização da liberdade. E um ambiente de liberdade oferece as condições para que crie uma cultura da informação. E informação gera mais informação.

Baseado nisso, destaca-se a importância de uma boa comunicação e transparência na utilização de recursos por parte do poder público, uma vez que novos recursos e mais informações são essenciais para que a população se sinta mais segura e capaz de fiscalizar e assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, sendo esse um exercício da sua cidadania.

No cenário de artigo científico, pode-se elaborar uma revisão de literatura baseada no tema descrito acima com o objetivo de verificar o cumprimento e a eficácia das políticas existentes para a comunicação e a transparência das informações da máquina pública.

Leitura Complementar

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm

https://www3.faac.unesp.br/anais-comunicacao/textos/34.pdf

RESUMO

O artigo científico se constitui como parte de uma publicação de autoria declarada, a qual apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados. Este pode ser classificado como original ou de revisão. As revisões podem ser narrativas, sistemáticas ou integrativas.

A estruturação deste tipo de trabalho, em geral, está pautada nas Normas Técnicas da ABNT para artigo científico.

Tem-se como temáticas relevantes e possivelmente abordadas neste tipo de trabalho o uso da telemedicina no SUS e a importância da comunicação na gestão pública. Por exemplo, no artigo original, é possível realizar um estudo transversal com aplicação de questionário referente à telemedicina aos usuários do SUS de determinada região, sendo os dados analisados, expostos e criticados no decorrer do trabalho. Em relação à comunicação na gestão pública, tem-se como exemplo a elaboração de um artigo de revisão de literatura, formulado com objetivo de verificar o cumprimento e a eficácia das políticas referentes ao tema.

ATIVIDADES

1. A monografia é um tipo de estudo científico?

2. Quais são as principais características da monografia?

3. Elabore uma pergunta de pesquisa para uma monografia a respeito do ideal de gestão sustentável em contraponto com uma política pública atual.

4. Elabore uma pergunta de pesquisa para uma monografia a respeito do ideal de democratização do ensino superior em contraponto com uma política pública atual.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022:** informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BRASIL. **Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Online. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm**. Acesso em: 02 dez. 2020.

CABRAL, J D; SILVA, I M; LOPES, E A. **Manual para elaboração de artigos científicos.** Coronel Fabriciano, MG: UNILESTE, 2012. E-book. Disponível em: **https://unileste.catolica.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/07/manual-para-elaboracao-de-artigos-cientificos.pdf.** Acesso em: 1 dez. 2020.

CASARIN, S T; PORTO, A R; GABATZ, R I B; BONOW, C A; RIBEIRO, J P; MOTA, M S. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do *Journal of Nursing and Health*. **J. nurs. health.**, Pelotas, v. 10, n. esp, e20104031. *Online*. Disponível em: **https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19924/11995**. Acesso em: 1 nov. 2020.

MALDONADO, J. M. S. V.; MARQUES, A. B.; CRUZ, A. Telemedicina: desafios à sua difusão no Brasil. *Online*. **Caderno de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 32, 2016. Supl. 2. Disponível em: **https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2016001402005&script=sci_arttext&tlng=pt.** Acesso em: 01 dez. 2020.

CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., 2005, Santiago. **O desafio de implementar uma gestão pública transparente.** Santiago, Chile, 2005. *Online*. Disponível em: **https://cladista.clad.org/bitstream/handle/123456789/3543/0052549.pdf?sequence=1&isAllowed=y.** Acesso em: 02 dez. 2020.

LEMOS, V. C. **O processo de comunicação na gestão pública na prefeitura da cidade de São José dos Campos.** 2011. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, São José dos Campos, 2011. Disponível em: **http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1212/1/CT_GPM_I_2011_76.PDF**. Acesso em: 02 dez. 2020.

OLIVEIRA, A. B., TOKARSKI C. C. R., JAPIASSU, F. K. A. G., SILVA, J. C. Q. Desafios do avanço da Telemedicina e seus aspectos éticos: revisão

integrativa. *Online*. **Comunicação em Ciências da Saúde,** v. 31, n. 1, p. 55-63, 2020. Disponível em: **http://www.escs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/566**

PATINO, C M; FERREIRA, J M. Desenvolvendo perguntas do estudo que fazem a diferença. **J Bras Pneumol,** São Paulo, v. 43, n. 1, p 4-4, 2017. Online. Disponível em: **https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132017000100004&lng=en&tlng=en**. Acesso em: 1 dez. 2020.

PAULA, A. C.; MALDONADO, J. M. S. V.; GADELHA, C. A. G. Telemonitoramento e a dinâmica empresarial em saúde: desafios e oportunidades para o SUS. *Online*. **Revista de Saúde Pública,** São Paulo, v. 54, n. 65, 2020. Disponível em: **https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102020000100249&lng=pt&nrm=iso**. Acesso em: 01 dez. 2020.

RIBEIRO, M. C.; FERREIRA, V. A.; TEIXEIRA, R. A. Transparência na gestão em saúde: um estudo sobre a democratização do acesso à informação no estado de Minas Gerais. **Revista Vozes dos Vales**, n 11, 2017. *Online*. Disponível em: **http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2017/03/Milton0202.pdf**. Acesso em: 02 dez. 2020.

VIEGAS, W. S. O direito à informação como pressuposto para a participação popular no estatuto da cidade. Online. **Revista da Faculdade de Direito de Campos,** n. 4, p. 671–83, 2004. Disponível em: **http://fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista04e05/Discente/09.pdf**. Acesso em: 02 dez. 2020.

WORLD HEATH ORGANIZATION. **Telemedicine:** opportunities and developments in Member States: eeport on the second global survey on eHealth. Online. Geneva: World Health Organization; 2009. Disponível em: **http://www.who.int/goe/publications/goe_telemedicine_2010.pdf.** Acesso em: 01 dez. 2020.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

Objetivos Específicos

- Conceituar projeto de iniciação científica, entendendo os seus componentes;
- Associar o projeto de iniciação científica ao Trabalho de Conclusão de Curso, relacionando sua aplicabilidade em temáticas atuais da Administração Pública.

Introdução

1. Conceitos Iniciais

A iniciação científica é o primeiro passo para quem quer se tornar um pesquisador. Consiste no estudo aprofundado de um tema por alunos de graduação e o desenvolvimento das diferentes etapas do processo de pesquisa, desde a primeira ideia para um trabalho até os detalhes finais de divulgação dos resultados obtidos. Trata-se, portanto, do primeiro contato do acadêmico com o pensamento científico e a metodologia científica no ensino superior (BRIDI, 2015).

1.1 Instituições de Fomento à Pesquisa

De antemão, é importante destacarmos o papel das instituições de fomento à pesquisa, já que elas são responsáveis por estimular o desenvolvimento dos estudos científicos e por prover auxílio financeiro para esse fim.

Na esfera nacional, dá-se destaque ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. É uma fundação pública criada em 1951 e vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, cujo objetivo é o desenvolvimento e o reconhecimento

das instituições de pesquisa e dos pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional. Atualmente, há os programas institucionais de iniciação científica, cuja concessão é feita às instituições que se candidatam, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que foi o primeiro programa criado para esse fim. A bolsa de Iniciação Científica é uma modalidade concedida desde a sua fundação e tem o propósito de despertar jovens talentos para a ciência.

Outra instituição que tem notoriedade é a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), vinculada à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco, cujo objetivo é semelhante ao do CNPq por promover o desenvolvimento científico e tecnológico do estado, através do fomento à ciência, tecnologia e inovação, mantendo relação com o atendimento às suas necessidades socioeconômicas. O financiamento é realizado principalmente através da concessão de bolsas de pesquisa para o custeio de projetos de pesquisa científica ou tecnológica desenvolvidos por pesquisadores locais.

SAIBA MAIS

Sobre o contexto histórico do desenvolvimento das instituições de fomento, Silva (2012) diz que:

> No Brasil, os primeiros relatos de participação de alunos de graduação em projetos de pesquisa datam da década de 1940 através dos chamados alunos ajudantes. Porém, por cerca de 10 anos o processo ocorreu de forma não institucionalizada o que sempre dificultou o aumento da escala de participação. Em 1951 foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) o que abriu a oportunidade de apoio financeiro a pesquisadores através de bolsa, incluindo alunos de graduação. Porém, o número era restrito e a obtenção do auxílio dependia muito do orientador sendo as bolsas distribuídas de forma pouco ordenada. Porém, em 1988 o processo deu uma grande guinada com a criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o sucesso do programa foi imediato e replicado pelas agências estaduais de fomento.

Cada instituição de fomento possui suas próprias instruções para submissão dos projetos. Sendo assim, fica a critério do aluno pesquisador e do seu orientador submeter o projeto para o recebimento do auxílio, não sendo obrigatória a aprovação do mesmo para que ocorra o seu desenvolvimento. É importante frisar que a elaboração e execução do projeto são processos independentes à vinculação a essas instituições.

2. Estrutura do Projeto de Iniciação Científica

Para o desenvolvimento de um bom projeto de iniciação científica, é imprescindível a caracterização de todos os passos necessários para o desdobramento da pesquisa. Para isso, detalharemos a elaboração de todas as etapas para que os resultados esperados sejam alcançados na sua conclusão (MARCONI; LAKATOS, 2017).

As regras para a estrutura de um projeto de pesquisa não são fixas, podendo variar, inclusive, de acordo com o tipo de problema a ser pesquisado e o estilo de seus autores. Entretanto, para elaborá-lo de modo coerente com o meio científico, ele deve conter a formulação nítida do problema, a determinação clara dos objetivos, a descrição da execução da pesquisa, das etapas que devem ser alcançadas e dos recursos que devem ser utilizados para proporcionar o seu bom desenvolvimento (GIL, 2017).

Segundo Gil (2017), os elementos habitualmente requeridos num projeto são os seguintes:

a) Formulação do problema;
b) Construção de hipóteses ou especificação dos objetivos;
c) Identificação do tipo de pesquisa;
d) Operacionalização das variáveis;
e) Seleção da amostra;
f) Elaboração dos instrumentos e determinação da estratégia de coleta de dados;
g) Determinação do plano de análise dos dados;
h) Previsão da forma de apresentação dos resultados;
i) Cronograma da execução da pesquisa;
j) Definição dos recursos humanos, materiais e financeiros a serem alocados.

Trazendo tais componentes para a realidade da construção de um projeto de iniciação científica, tem-se a elaboração das subseções a seguir.

2.1 Capa

Deve conter a identificação da instituição proponente (se houver), o título do projeto, o nome completo do(s) orientador(es) e do(s) aluno(s) que desenvolverá(ão) o projeto, a finalidade (identificar como projeto de iniciação científica), o local e o ano. A capa se assemelha àquela descrita na subseção 2.2.1 do Capítulo 1.

2.2 Resumo

Esse item deve ser elaborado ao final da construção do projeto, pois deve conter todas as informações dispostas nele de modo conciso. Na prática, para o projeto de iniciação científica, o resumo costuma discorrer, em ordem, o cenário (breve introdução), o objetivo geral e os métodos. Faz-se a redação em língua portuguesa.

Atenção!

- Deve-se incluir as palavras-chaves relacionadas ao tema.

2.3 Sumário

Deve-se listar o indicativo numérico, o título das seções e, em seguida, a numeração da página, tal como consta na subseção 2.2.1 do Capítulo 1. A numeração das páginas se inicia na introdução e, caso haja anexos e/ou apêndices, estes também devem ser incluídos e suas páginas numeradas em sequência.

2.4 Introdução

Como já descrito no Capítulo 1 deste material, a introdução é a apresentação do tema. Quando se trata de um projeto de iniciação científica, essa apresentação deve ser feita de forma sintética através de um panorama geral sobre o seu trabalho, levando-se em consideração o problema da pesquisa delimitado pelo autor. Em seguida, deve-se adentrar em pontos específicos que ofereçam uma ideia de continuidade do contexto e de objetividade, por parte do autor do projeto, para que se alcance a ideia principal do projeto com as informações necessárias para isso. A essa construção, dá-se o nome de estrutura em funil, em que um tema é trabalhado desde a sua ideia mais ampla até o ponto-chave que se deseja focar na pesquisa que será desenvolvida.

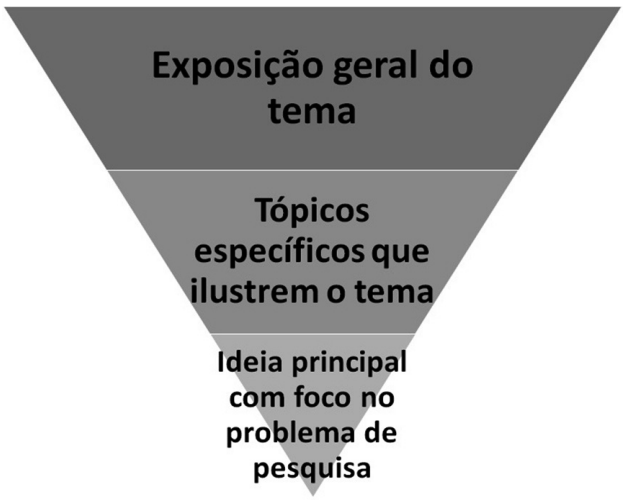


Figura 1 - Estrutura em funil como estratégia para exposição do tema
Fonte: Autor.

2.5 Justificativa

Esse item trata da defesa do problema de pesquisa através de argumentos que fundamentam a sua realização, sendo compatível com a resposta à pergunta: por que desenvolver esse projeto? Trata-se de convencer o leitor sobre os benefícios que o seu projeto terá ao ser desenvolvido.

Veja na prática!

Ao elaborar um projeto de pesquisa sobre A Qualidade do Atendimento ao Usuário do Serviço Público, um estudante poderia elaborar o descrito a seguir.

- **"JUSTIFICATIVA**
  É de suma importância analisar os aspectos que tangem a administração pública e sua relação com o usuário, uma vez que há uma ideia equivocada de que os órgãos públicos oferecem um atendimento de má qualidade aos cidadãos. Além disso, torna-se importante pontuar os direitos e deveres do usuário, bem como dos órgãos e instâncias públicas, a fim de evidenciar o papel de cada um nessa relação."

Lembre-se que a pergunta de pesquisa pode ser avaliada pelo acrônimo "FINER", conforme descrito na seção 4 do Capítulo 3.

Atenção!

- É comum que, a depender da instituição a que será submetido o projeto, a justificativa faça parte da introdução, como um contínuo de ideias que, ao final, deve conter o motivo pelo qual esse projeto deve ser realizado.

2.6 Objetivos geral e específicos

Após consolidar o conteúdo que o estudante pesquisará, é função dos objetivos pontuar o que realmente se pretende com a realização da pesquisa. Para isso, eles devem ser construídos com frases curtas e objetivas, em forma de tópicos, começando sempre com um verbo no infinitivo. O objetivo geral estabelece o que se pretende atingir com o trabalho; já os objetivos específicos funcionam como subitens do objetivo geral, definindo os caminhos que você vai percorrer para alcançar o objetivo geral já descrito.

Veja na prática!

Se usarmos o tema abordado na justificativa da seção anterior, tem-se como exemplo de objetivos os expostos a seguir.

- **"OBJETIVO GERAL**
  Descrever os aspectos que permeiam a relação do usuário e os órgãos públicos, ressaltando a importância da afirmação desse setor como prestador de serviço ao cidadão.

- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**
  •Caracterizar os pontos positivos e negativos na relação do usuário com os órgãos públicos, destacando suas peculiaridades;

•Determinar as principais dificuldades dos usuários na utilização do serviço público, pontuando as principais demandas e os impasses para alcançar a sua resolução;

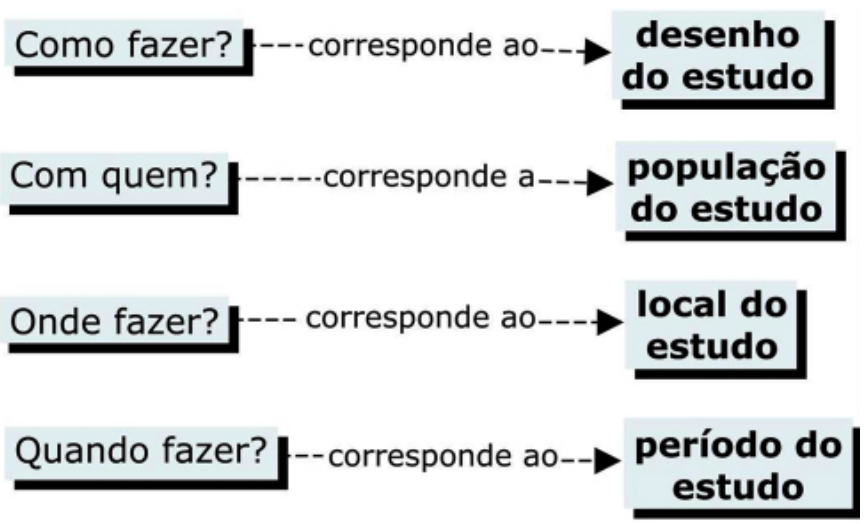
•Elencar os principais problemas sofridos pelos órgãos públicos durante o atendimento ao usuário, apresentando as principais barreiras que impedem um atendimento de qualidade."

Atenção!

- Não há limites em relação a quantidade de objetivos específicos. No entanto, faz-se necessário delimitá-los de acordo com o objetivo proposto no projeto, a fim de torná-los factíveis e alcançáveis. Na elaboração de um projeto de iniciação científica, sugere-se que a presença de dois ou três objetivos específicos seja ideal para contemplar a sua execução.

2.7 Metodologia

Esse item aborda a apresentação detalhada das etapas do projeto de pesquisa, estabelecendo as diretrizes metodológicas que o seu estudo deverá seguir. Para isso, é importante que esteja explícito no projeto as respostas para as seguintes perguntas: Como? Com quê? Onde? Quanto? (MARCONI; LAKATOS, 2017). Dessa forma, será construída a metodologia da pesquisa.



Fluxograma 1 – Detalhamento da metodologia
Fonte: Autor.

2.7.1 Desenho do estudo

Segundo Gil (2017), a pesquisa científica pode ser caracterizada de diversos tipos, procedimentos técnicos e técnicas específicas. O delineamento da pesquisa deve concordar com o tema que o pesquisador escolheu, bem como os passos que ele deve seguir para alcançar os seus

objetivos. Baseado nisso, têm-se que os tipos de pesquisa são divididos em categorias como se segue:

Em relação a **abordagem do tema**, a pesquisa pode ser:

a) **Qualitativa:** busca explicar o porquê das coisas compreendendo a totalidade do fenômeno e se aprofundando na compreensão do tema. Não se preocupa em exprimir dados numéricos ou quantificar os valores dos seus resultados (MINAYO; MINAYO-GOMÉZ, 2003). Ao se questionar sobre os motivos pelos quais os clientes não estão satisfeitos com os serviços oferecidos por determinada empresa, tem-se um exemplo de pesquisa qualitativa.

b) **Quantitativa:** baseia-se na exploração do tema através de dados quantificáveis, recorrendo à linguagem matemática para descrever as causas do fenômeno e as relações entre as variáveis (FONSECA, 2002). A exemplo: uma pesquisa concluiu quantos e qual a categoria de clientes que estão satisfeitos com o seu produto.

Sobre os **objetivos** que se deseja alcançar, Gil (2017) classifica a pesquisa em:

a) **Exploratória:** é aquela em que se explora, investiga um problema a fim de esclarecê-lo e de construir hipóteses. Pode ser executado através de entrevistas com pessoas envolvidas no tema da pesquisa ou por meio de levantamento bibliográfico.

b) **Descritiva:** por meio desta há a descrição de um determinado fenômeno por meio da coleta de dados, seja por entrevistas, questionários e afins, para apresentar informações sobre o tema proposto. Nessa classificação, destacam-se as pesquisas em que o objetivo é estudar as particularidades de um determinado grupo, como suas características socioeconômicas, ou ainda, quando se propõem a estudar o nível de atendimento de um órgão público a um determinado grupo de usuários.

c) **Explicativa:** procura explicar o problema estudado, entendendo os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Trata-se de uma pesquisa com maior aprofundamento no objeto de estudo, uma vez que se deve explicar a realidade e o motivo pelo qual aquilo está acontecendo. Um exemplo desse tipo seria uma pesquisa em que uma empresa, com o objetivo de conhecer o seu público-alvo, revelou (explicou) que os seus clientes são do sexo feminino, maiores de idade e têm interesse nos produtos de fabricação própria, diferente do que a empresa imaginava.

A respeito dos **procedimentos** que devem ser feitos e no que tange aos tipos de pesquisa mais relevantes para as ciências sociais, as pesquisas são agrupadas em:

a) **Experimental:** é realizada através de um experimento. Para Gil (2017), a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

b) **Bibliográfica:** trata-se da busca de informações sobre determinado tema a partir de artigos científicos, livros, manuais, anais de eventos científicos e outras fontes bibliográficas confiáveis para fundamentá-lo. Para Gil (2017), ao realizar a análise de várias ideias acerca de um problema, faz-se uma pesquisa bibliográfica.

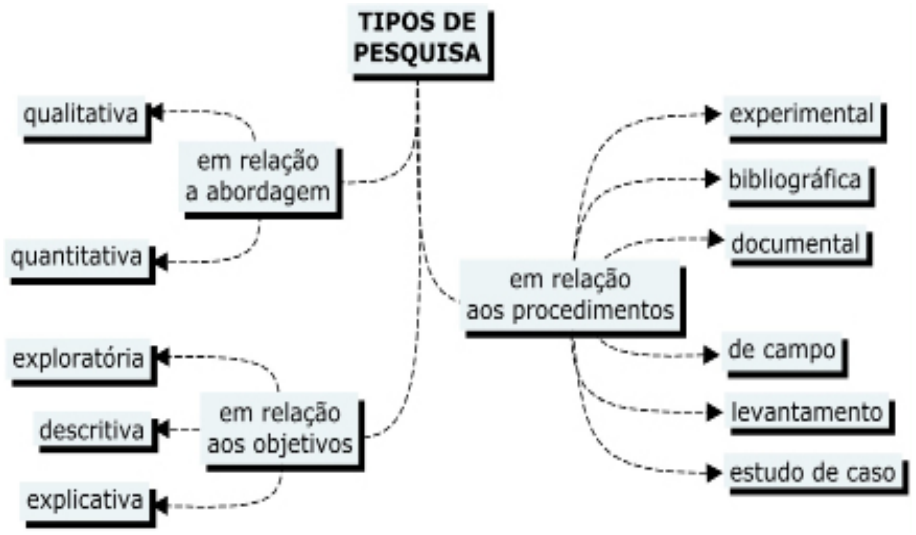
c) **Documental:** semelhante à pesquisa bibliográfica, aqui também se busca analisar dados já existentes. No entanto, a fonte utilizada é de natureza interna a uma instituição ou organização (FONSECA, 2002). A exemplo, têm-se a análise de documentos institucionais mantidos em arquivos de órgãos públicos; material elaborado para divulgação (como folders, catálogos); e/ou documentos jurídicos.

d) **Levantamento:** caracteriza-se, segundo Gil (2017), pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer a fim de, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados. É um tipo de pesquisa que se adequa à investigação no campo das ciências sociais, uma vez que se trata do conhecimento direto da realidade, sendo útil para o estudo de opiniões e atitudes.

e) **Estudo de campo:** esse tipo de estudo tem semelhanças com o levantamento, no entanto ele faz uma análise mais aprofundada das questões propostas do que somente o levantamento das características da população estudada. Trata-se de um estudo em profundidade realizado no lugar em que o fato que se quer estudar acontece (Gil, 2017).

f) **Estudo de caso:** é outra modalidade largamente utilizada nas ciências sociais. Trata-se do estudo de um ou poucos casos, de maneira que se conheça o fenômeno dentro de seu contexto real, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento. Pode-se valer desse tipo de estudo para avaliar a eficiência na organização do setor público, elencando seus pontos fortes, bem como suas limitações.

g) **Pesquisa-ação:** é uma modalidade de pesquisa que se caracteriza pela relação direta entre o pesquisador e o grupo, de modo participativo e cooperativo, através da ação ou resolução de um problema coletivo (GIL, 2017). Segundo Thiollent; Cassandre; Picheth (2016), esta metodologia pode desempenhar um papel importante nos estudos e na aprendizagem dos pesquisadores e nos demais participantes imersos em situações problemáticas. No fascículo 5 detalharemos esse tipo de pesquisa.



Fluxograma 2 – Tipos de pesquisa
Fonte: Autor.

Atenção!

- Pode haver a combinação de dois ou mais tipos de estudos durante a elaboração do projeto de iniciação científica. É comum que, para o cumprimento dos objetivos propostos, possa existir mais de uma técnica metodológica que se adeque a esse fim, embora haja a prevalência de uma sobre a outra. Se assim for, esse estudo é considerado misto, e tem como propósito a ampliação do entendimento e a corroboração dos resultados sem fugir da ideia principal da pesquisa.

Leitura Complementar

Para saber mais sobre os tipos de pesquisas e aprofundar o seu conhecimento, recomenda-se a leitura do livro Como Elaborar Projetos de Pesquisa, do autor Antônio Carlos Gil, 6ª edição. Ao realizar essa leitura, torna-se inegável que a construção de um projeto de pesquisa e a sua realização abre portas para o mundo científico devido a variedade de tipos e desenhos de pesquisa que se pode explorar.

2.7.2 População do estudo

Considera-se a população do estudo como sendo o grupo que será estudado durante o desenvolvimento do projeto. A sua escolha tem que levar em consideração os objetivos a serem alcançados, a fim de que os resultados sejam fidedignos com a amostra populacional escolhida.

2.7.3 Local e período do estudo

São informações importantes que também ajudam a definir a metodologia do projeto, uma vez que o lugar e o tempo para a sua execução são indispensáveis para a realização do projeto.

O local do estudo pode variar desde uma repartição pública específica em um determinado município até um conjunto de órgãos do âmbito estadual ou federal. Para defini-lo melhor, é importante considerar que, quanto maior o local do estudo, maior também será o trabalho para a realização da pesquisa.

O mesmo se aplica ao período do estudo, devendo este ser limitado ao tempo necessário para cumprir todas as etapas da pesquisa. Mais na frente será abordado o cronograma de trabalho, uma ferramenta que ajudará na especificação do prazo para cada atividade desempenhada pelo pesquisador.

Veja na prática!

A partir da descrição dos dois itens anteriormente explanados, pode-se formular alguns exemplos considerando a temática trabalhada no início desse Capítulo. Sobre o tema **A qualidade no Atendimento ao Usuário do Serviço Público na cidade do Recife** e levando-se em consideração que o objetivo geral desse projeto é **descrever os aspectos que permeiam a relação do usuário e os órgãos públicos na capital pernambucana, ressaltando a importância da afirmação desse setor como prestador de serviço ao cidadão**, a descrição metodológica da população, do local e do período do estudo pode ser:

"A população será composta por todos os **usuários dos serviços oferecidos pelo PROCON da cidade do Recife** durante os **meses de janeiro e fevereiro de 2020."**

Nota-se que, em poucas linhas, ficou determinado quem participaria do estudo, onde e quando este será realizado. Além disso, o período descrito foi baseado no tempo necessário para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que, a depender da quantidade de pesquisadores, haverá muitas atividades a serem desenvolvidas no período de dois meses devido à alta demanda de usuários por esse serviço.

Não obstante, pode-se especificar ainda mais a população, optando por caracterizá-la de acordo com faixa etária, sexo, etnia, ideologia, condições socioeconômicas, dentre outras variáveis pertinentes ao objetivo da pesquisa. Caso a pesquisa necessite usar algum desses critérios, e daí por diante, ficaria assim escrito:

A população será composta por **todos os usuários**, compreendidos na **faixa etária de 18 a 30 anos**, dos serviços oferecidos pelo **PROCON da cidade do Recife** durante os meses de **janeiro e fevereiro de 2020.**

2.7.4 Coleta de dados

É uma das partes mais importantes da metodologia. Esse item envolve a descrição das técnicas que serão utilizadas para se alcançar os resultados da pesquisa e transformá-los em dados, a depender do tipo de pesquisa e de como o pesquisador deseja atingir seus objetivos.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), para se coletar os dados, pode-se utilizar três procedimentos de modo geral: a **pesquisa bibliográfica**, a **pesquisa documental** e o **contato direto**. Todas essas formas de coleta foram discutidas no item em que se abordou o desenho do estudo, pois a escolha de tal procedimento dependerá do tipo de pesquisa que será desenvolvida.

A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são feitas através de um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados e documentos institucionais, respectivamente, que sejam revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. Já o contato direto ou a pesquisa de campo são realizados com pessoas que podem fornecer dados, ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.

A partir dessas definições, deve-se determinar o instrumento que auxiliará na coleta de dados, sendo os principais:

a) **Questionário:** corresponde a uma lista de perguntas ordenadas que devem ser respondidas de forma escrita. Pode conter perguntas abertas, de cunho subjetivo, e/ou fechadas e objetivas

b) **Entrevista:** consiste em um diálogo entre o pesquisador e a população selecionada para participar da pesquisa. Ela deve ter o foco no objetivo da pesquisa e pode ser do tipo estruturada, em que há a elaboração de um roteiro prévio para guiar o pesquisador nas perguntas, ou não estrutura, obedecendo a direção livre da conversa de acordo com a finalidade proposta.

c) **Observação:** se refere aos dados coletados sob a atenção do observador para compreender o objeto de estudo em questão. É importante destacar que não se deve interferir nos fatos que acontecem, deve-se ater a simples observação dos eventos.

É válido destacar que estes recursos não se excluem, podendo aparecer articulados numa mesma pesquisa. Com isso, evidencia-se, mais uma vez, a importância do pesquisador decidir o tipo de pesquisa baseado no tema e nos objetivos a serem cumpridos, uma vez que essas instâncias devem conversar entre si para deixar o projeto com as ideias bem consolidadas.

2.7.5 Processamento e análise dos dados

Essa etapa se caracteriza como a fase mais importante do processo de investigação científica, uma vez que é nela que transformamos os dados coletados na pesquisa em informações pertinentes ao campo científico. Para se chegar a tal ponto, deve-se discorrer sobre como ocorrerá o tratamento do material colhido durante a pesquisa e especificá-lo no projeto de iniciação científica.

É importante salientar que a análise e a interpretação dos dados são conceitos diferentes, mas estreitamente relacionados. Gil (2017) afirma que:

> A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Dessa forma, é necessário descrever, no projeto, as decisões iniciais sobre a análise dos dados, as dificuldades que possam surgir durante essa análise e as possibilidades para driblá-las e que o pesquisador é suficientemente competente para realizá-la (TEIXEIRA, 2003).

Na prática, deve-se descrever os procedimentos a serem realizados para o processamento dos dados coletados. Isso engloba: revisão dos questionários ou fichas, organização, digitação e revisão. É necessário informar se será utilizado e qual será o programa estatístico em que se criará a planilha de dados e quem será responsável desde a digitação até a revisão dos dados. Da mesma forma, recomenda-se que estejam elencadas as informações acerca da apresentação dos dados descritivos da pesquisa, como distribuição de frequência, medidas de tendência central e de dispersão. Caso o estudo seja de natureza qualitativa, deve-se descrever os procedimentos que serão empregados de acordo com sua especificidade.

2.7.6 Aspectos éticos

Antes de iniciar as pesquisas que envolvem uma determinada população ou grupo de pessoas, faz-se necessária a submissão do projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) vinculado ao local da realização da pesquisa, uma vez que este tem por finalidade o acompanhamento das pesquisas, envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos primariamente em defesa da integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, individual ou coletivamente considerados, levando-se em conta o pluralismo moral da sociedade brasileira.

Para a aceitação da pesquisa pelo CEP, é importante que estejam descritas as seguintes informações que serão empregadas de acordo com o tipo de estudo:

a) Abordagem dos sujeitos para a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): quando houver participação de voluntários, deve-se descrever em detalhes como esses participantes serão convidados e quem fará o convite para participar do estudo, bem como será a apresentação do TCLE para os mesmos. Quando não houver a participação de voluntários, recomenda-se descrever a razão da não utilização do TCLE.

b) Análise dos riscos e benefícios: deve-se deixar claro que há benefícios e malefícios decorrentes da participação do voluntário na pesquisa. Não se deve tentar esconder ou disfarçar os desconfortos e riscos e nem os minimizar de forma a tentar iludir os voluntários. O que deve prevalecer é o resultado positivo quando comparados benefícios e riscos. Em algumas pesquisas o risco não é mensurável, mas não é inexistente. Nestes casos, pode ser dito que não há riscos previsíveis.

c) Descrição das medidas de monitoramento da coleta de dados e proteção à confidencialidade: neste item, descreve-se as medidas adotadas para proteção aos dados coletados e à confidencialidade, com particular ênfase para as pesquisas em que houver coleta de informações sigilosas. Deve-se declarar se dados e materiais obtidos serão tornados anônimos

Somente após a aprovação pelo CEP que o projeto poderá ser iniciado. Entretanto, a sua recusa inicial não impede que o mesmo seja reformulado para ser submetido a uma nova análise, desde que atendam aos critérios acima descritos que estão pautados nas Resoluções 466/2012 ou 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

SAIBA MAIS

O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é definido pela resolução 196/96 e reiterado pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) como sendo a "anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais de riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária no experimento". Trata-se de um dos pilares da ética nas pesquisas científicas ao exigir o consentimento dos voluntários mediante a apresentação dos riscos e benefícios que envolvem a sua participação na pesquisa (BRASIL, 2012).

Leitura Complementar

https://www.sbpqo.org.br/suplementos/57%20-%20Arau.pdf

2.8 Cronograma

Consiste no detalhamento das atividades desenvolvidas durante a execução da pesquisa, afinal, deve-se prever o tempo necessário para passar de uma fase a outra (MARCONI; LAKATOS, 2017). De modo geral, essas atividades são elencadas em uma tabela para facilitar a compreensão por parte do avaliador do seu projeto.

Veja o exemplo abaixo em que foram descritas todas as etapas, desde o levantamento bibliográfico para a elaboração inicial da sua proposta até a finalização da sua pesquisa, com a apresentação de um artigo científico, além da sinalização dos meses em que cada etapa ocorreu.

Atividades/Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento bibliográfico	X	X										
Submissão ao comitê de ética*			X									
Coleta de dados				X	X	X						
Processamento e análise dos dados						X	X	X				
Redação do artigo									X	X		
Revisão do texto											X	
Entrega e apresentação do artigo científico												X

*Se necessário

Figura 2 – Modelo de cronograma
Fonte: Autor.

2.9 Orçamento

A finalidade de se descrever o planejamento de valores necessários para a execução do projeto é baseada na previsão de quanto será o gasto financeiro para a sua realização, ajudando a confirmar (ou não) a viabilidade do mesmo. Trata-se de um item obrigatório quando a pesquisa recebe algum tipo de financiamento.

Discriminação	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Material de consumo			
Resma de papel A4	01 unidade	25,00	25,00
Caneta esferográfica azul	01 caixa	40,00	40,00
Pasta de arquivo	03 unidades	5,00	15,00
Materiais permanentes			
Gravador	01 unidade	200,00	200,00
Serviços			
Fotocópias	100 unidades	0,20	20,00
		Valor total final	300,00

Figura 3 – Modelo de orçamento
Fonte: Autor.

2.10 Referências

As referências utilizadas na elaboração do projeto, como livros, manuais, publicações impressas e eletrônicas, devem e costumam ser organizadas segundo as normas da ABNT, conforme disposto na subseção 2.2.3 do Capítulo 1.

2.11 Anexos e apêndices

Esta seção inclui todo o material que foi elaborado pelo autor (apêndice) ou por outra pessoa (anexo), os quais se incluem no projeto de iniciação científica. A exemplo, podemos citar os questionários e os formulários de entrevistas semiestruturadas elaborados pelos autores como apêndice e a folha de aprovação do Comitê de ética, como anexo. Todos esses materiais aqui incluídos devem ter numeração arábica e título de identificação e devem ter sido citados na parte textual do projeto.

Atenção!

- Apêndices e anexos não são exclusivos do projeto de iniciação científica, podendo ser parte integrante de qualquer outro tipo de trabalho científico. No entanto, tem-se como pertinente explicitá-lo neste capítulo, tendo em vista que os projetos de iniciação científica comumente carecem de elaboração de materiais para execução da pesquisa.

3. Apresentação Final do Projeto de Iniciação Científica

Após a execução de todas as etapas do projeto e da análise dos seus dados, os resultados devem ser apresentados em formato de artigo original. Como dito no início deste Capítulo, o projeto é o primeiro contato do acadêmico com o meio científico e espera-se que este resulte em sua primeira publicação. Para isso, torna-se válida a releitura do Capítulo 3, o qual descreve os componentes estruturais e a apresentação gráfica do trabalho final.

4. A Escolha do Tema e o Problema de Pesquisa

Faz-se necessário ressaltar que uma boa pesquisa científica nasce a partir de uma inquietação, um problema que precisa ser respondido sobre determinado tema. É através desse questionamento que se desenvolverá uma dinâmica em busca de conclusões, ou seja, toda pesquisa é influenciada pelo anseio de respostas.

Ao escolher o tema para desenvolver uma pesquisa, deve-se levar em consideração algumas particularidades que permeiam as aptidões e tendências de quem vai realizar o trabalho, bem como o interesse pelo objeto que será investigado, a disponibilidade de tempo e as dificuldades para realizar a pesquisa. Outro ponto importante que não se deve esquecer é a utilidade do objeto que será estudado para o campo científico, devendo-se avaliar se há condições de este ser formulado e delimitado em função da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Tal como explicitado em fascículos anteriores, após a escolha do tema, é necessário delimitá-lo, ou seja, descrever especificamente o que será o foco da pesquisa dentro dele. Com esta finalidade, deve-se construir

o problema de pesquisa, que consiste em uma questão específica que se quer investigar e que vai nortear todo o trabalho. Como o tema ainda é algo abrangente demais para ser tratado num trabalho acadêmico, o problema de pesquisa surge como uma forma de delimitá-lo e dar foco para a pesquisa.

Segundo Gil (2017), nem todo problema é passível de tratamento científico, ou seja, é necessário adequá-lo ao meio científico. Para isso, ele deve ser bem delimitado, claro e preciso, simplificando e facilitando a maneira de se conduzir uma pesquisa e evitando se perder dos objetivos do projeto e de falhas na sua execução. Dessa forma, Marconi e Lakatos (2017) pontuam que o problema deve atender aos seguintes critérios:

a) **Viabilidade:** o problema pode ser resolvido de forma eficaz através da pesquisa?

b) **Relevância:** o problema trará novos conhecimentos acerca do tema?

c) **Novidade:** o problema está adequado ao contexto científico atual?

d) **Exequibilidade:** o problema resultará em conclusões viáveis, válidas?

e) **Oportunidade:** o problema está atrelado a interesses particulares e gerais?

Uma resposta afirmativa a todas essas indagações já torna o problema cientificamente relevante e passível de ser a origem de um projeto de iniciação científica. Além disso, esse problema pode tomar diferentes formas que, segundo Marconi e Lakatos (2017) variam de acordo com o objetivo da pesquisa, sendo:

a) **Problema de estudos acadêmicos:** quando se desenvolverá um estudo descritivo, explicativo, com caráter de informar sobre algo;

b) **Problema de informação:** quando se deseja coletar dados a respeito de estruturas e condutas observáveis em uma determinada área do conhecimento;

c) **Problemas de ação:** quando se almeja pesquisar em campos de ação em que determinado conhecimento é aplicado;

d) **Investigação pura e aplicada:** quando se quer estudar um problema referente à aplicação de um conhecimento científico.

Atenção!

- Orienta-se que o problema de pesquisa deve ser elaborado na forma de pergunta, sendo esta a maneira mais fácil e direta de se alcançar a problematização sobre determinado tema.

Veja na prática!

Ao imaginar uma pesquisa na área de Administração Pública, deve-se pensar nas indagações pertinentes a esse assunto e no que se deseja conhecer através das respostas que a pesquisa possa proporcionar. Assim sendo: "O que pode ser feito para melhorar o atendimento aos usuários dos serviços públicos de saúde da cidade do Recife?" "Como melhorar a relação do usuário com o serviço oferecido pelo PROCON em busca de um atendimento de qualidade?" Ou ainda: "Qual a importância da Administração Pública no desenvolvimento social e econômico na cidade do Recife?" "Quais são as responsabilidades dos órgãos públicos no planejamento e execução das questões relacionadas à urbanização na cidade do Recife?"

Perceba que há inúmeras possibilidades de informações a serem alcançadas e de problemas a serem formulados a partir do tema que é escolhido. Diante disso, faz-se necessário atentar-se às características que foram descritas anteriormente e redigi-lo de acordo com as normas científicas.

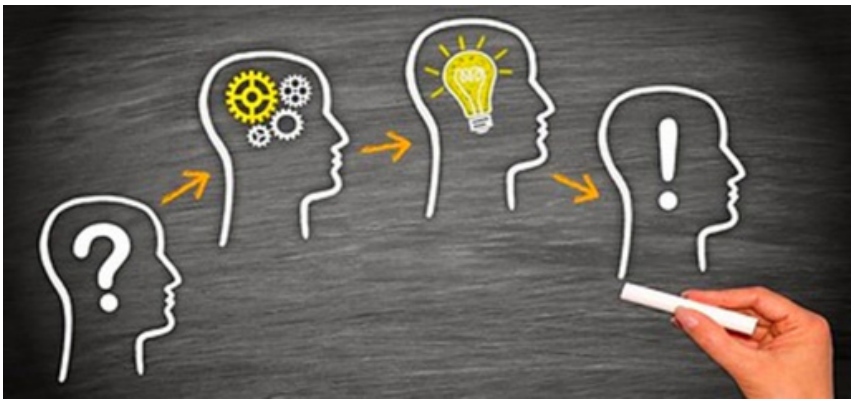


Figura 4 – Da ideia a formulação do problema
Fonte: https://www.flickr.com/photos/160978551@N07/44896813421/in/photolist-2bpnUs2--6dHUx8-9y6Fcr-MCdVq-r5tPJq-9K5XBN-3bvXYh-5iwpTA-3VWHtr-drfYuw-85MbEE-7XaoJc--73Eb5p-7nPLeC-3jAiV8-oDSuHf-GAecV6-3jAkcv-55bJLE-5wRFuN-62xenA-34obUT-xRUqp--eg8aCS-aFeuLK-4dxuNR-X5RLZ-e43cye-ckXYsE-744uC1-ehHqGN-8yJRMz-TFzDJJ-3jAixt--3jAjpX-aZ99KF-3jEGFs-ehH24E-z8np1q-ejA8YL-57VfcJ-bBcu1r-m776Hk-3jAhhi-bLDhH6--QZQC7F-3jEH6C-e1TD2J-VX1gAF-A5phyV

De posse das informações apresentadas sobre o problema de pesquisa e a sua importância na condução dela, bem como a existência de instituições de fomento à pesquisa, o próximo passo é a **elaboração do projeto de iniciação científica,** sendo este um instrumento que servirá de guia para o pesquisador sobre os caminhos que se pretende percorrer para alcançar as respostas para a seu problema. Ele deve ser concebido sob a orientação de um professor pesquisador que tenha conhecimento sobre o tema a ser explorado.

4.1 Temas atuais em Administração Pública

O presente fascículo trará dois temas atuais com o objetivo de inspirar um projeto de iniciação científica. A partir do aprofundamento nestes você perceberá inúmeras perguntas norteadoras capazes de guiá-lo na elaboração do seu projeto.

4.1.1 A Qualidade no Atendimento ao Usuário do Serviço Público

O atendimento ao usuário de serviço público está resguardado pela Lei n° 13.460, de 26 de junho de 2017, também conhecida como a lei de defesa do usuário do serviço público. Essa lei versa sobre os direitos e deveres básicos do cidadão, das manifestações por parte dos usuários, das ouvidorias e conselhos participativos, bem como da avaliação continuada dos serviços públicos. A sua importância está pautada no equilíbrio da relação entre o Estado, como prestador de serviços públicos, e o destinatário desses serviços, que é o cidadão (BRASIL, 2017).

Historicamente, essa lei é precedida pela Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que resguarda a lei de defesa do consumidor, em que o exercício das relações de consumo se faz a partir de parâmetros mais igualitários, dando oportunidade ao cidadão de reivindicar os seus direitos perante o exercício do consumo. Essa evolução vem sendo acompanhada por um maior respeito ao cumprimento dessas leis, consolidando uma relação de respeito aos direitos do consumidor, principalmente, e ao Estado por resguardar o seu papel como provedor dos serviços públicos e mantenedor do bem-estar social. Torna-se importante destacar, ainda, que essas leis são válidas para qualquer cidadão brasileiro, sem distinção de sexo, raça, condição socioeconômica e ideológica, e deve-se fazer valer em todo o território nacional (BRASIL, 1990).

Outra prerrogativa importante, que também é trazida pela lei promulgada em 2017, é a carta de serviços ao usuário, um instrumento que objetiva informar ao cidadão sobre os serviços prestados pelos órgãos ou entidades aos quais esta carta está vinculada, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Esse aparato ajuda a manter o compromisso firmado na lei através da garantia dos direitos e deveres do usuário e da proteção do órgão público diante da exposição dos tipos de serviços que serão prestados, bem como o seu funcionamento e os mecanismos de comunicação com os usuários (BRASIL, 2017).

No que tange à qualidade do atendimento ao usuário do serviço público, sabe-se que essa é uma questão de interesse mútuo e que necessita de constante atenção por parte da gestão pública, uma vez que a importância da satisfação dos usuários é um tema relevante e que requer discussões, pois afeta em geral todos os níveis da sociedade.

Encaixando esse tema aos moldes do projeto de iniciação científica, tem-se que sua apresentação inicial deve contemplar uma ideia geral do contexto em que ele está inserido. A partir disso, deve-se pontuar questões específicas que ofereçam suporte para a exploração do tema ao mesmo tempo em que se obedeça à continuidade e linearidade das ideias, visando a apresentação do objeto que será estudado.

Leitura Complementar

https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/cidadao/central-de-defesa--dos-usuarios

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

Veja na prática!

Em relação ao transporte público, percebe-se que, nos dias atuais, ainda não foram alcançadas boas condições para prestação deste serviço no Brasil. No entanto, tem-se como escassa a literatura que demonstre quais são os principais déficits relacionados ao transporte público, de modo que são impossibilitadas as políticas públicas voltadas à resolução destes fatores. Um projeto de iniciação científica seria capaz, por exemplo, de descrever as deficiências no transporte público a partir da aplicação de questionários a uma amostra estatística considerável de usuários deste serviço.

4.1.2 A Administração Pública e o Desenvolvimento Social e Econômico

Conforme afirma Megginson (2000), administrar "pode ser definido como trabalho com recursos humanos, financeiros e materiais, para atingir objetivos organizacionais através do desempenho das funções planejar, organizar, liderar e controlar. Historicamente, a necessidade de convivência em grupo desenvolvida ao longo dos tempos trouxe à tona a necessidade de uma organização social em virtude da complexidade e difusão dos interesses coletivos para definir, decidir e executar as ações, melhorias e a buscar a satisfação do bem-estar geral em uma determinada área comum. A partir daí, já se empregava a administração (MAXIMIANO, 2000).

Nesse contexto coletivo, também se ergueu a Administração Pública, tida atualmente como o conjunto de serviços e entidades encarregadas de concretizar as atividades administrativas, ou seja, executar as decisões políticas e legislativas. É o aparelhamento do Estado, organizado para a realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas (MATIAS-PEREIRA, 2018).

Com isso, fica claro que o objetivo da Administração Pública é a gestão de bens e interesses da comunidade nas esferas municipal, estadual e federal do governo com o propósito de alcançar o bem comum. Matias--Pereira (2018) ressalta, como um dos principais compromissos da administração pública, a consolidação de um desenvolvimento sustentável, com justiça social e, ao retratar o cenário atual, afirma que os impactos das transformações sociais, econômicas, ambientais e políticas no mundo contemporâneo estão afetando e exigindo maior capacidade de res-

posta do Estado às demandas da sociedade. Seguindo essa perspectiva, convém acompanhar o conceito de desenvolvimento dos três epítetos seguintes: (socialmente) includente, (ambientalmente) sustentável, (economicamente) sustentado (SACHS, 2005).

Ao enquadrar esse tema nos moldes de um projeto de iniciação científica, fica claro que é imprescindível contextualizar o assunto em que será fundamentada a pesquisa, elencando as principais ideias sem deixá-las soltas, de forma objetiva, a fim de dar fluidez ao conteúdo até chegar no ponto-chave que se pesquisará.

Leitura Complementar

http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EnAPG154.pdf

https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/17/desenvolvimento_sustentavel_56.pdf

Veja na prática!

Um projeto de iniciação científica poderia averiguar, por exemplo, a eficácia de determinada política pública que objetiva o desenvolvimento social e econômico da população, tal como as políticas de democratização ao ensino superior e de distribuição de renda. A metodologia poderia ser fundamentada na aplicação de questões aos usuários destas políticas.

RESUMO

A elaboração de um projeto de iniciação é o primeiro passo para o acadêmico adentrar no mundo científico, partindo-se do princípio que ele deverá escolher um tema, elaborar um problema de pesquisa e escrever todo o passo a passo para responder a esse questionamento.

É importante que o pesquisador domine os itens necessários para a elaboração do projeto, desde a introdução ao tema escolhido, sua justificativa e os objetivos que ajudam a traçar o caminho que se quer percorrer durante o estudo, até a descrição de toda a metodologia que precisará ser desenvolvida para se alcançar os resultados esperados.

Ao final, toda essa pesquisa resultará em um artigo científico que, idealmente, deve ser submetido ao processo de publicação e divulgação das informações para a comunidade acadêmica.

Diversos são os temas passíveis de serem abordados por um projeto de iniciação científica, tais como os que envolvem a qualidade no atendimento ao usuário do serviço público ou a Administração Pública voltada ao desenvolvimento econômico e social.

ATIVIDADES

1. Explique a diferença entre objetivo geral e objetivos específicos.

2. Pense em um tema de seu interesse e escreva o problema de pesquisa, o objetivo geral e dois objetivos específicos que estejam de acordo com o problema proposto.

3. Utilizando novamente o tema de sua pesquisa, elabore uma justificativa que o defenda, citando a população envolvida na pesquisa, onde e quando a mesma será realizada.

4. Explique a diferença entre estudo quantitativo e qualitativo.

5. Pense sobre o tema que você quer pesquisar e descreva qual a metodologia que você deverá adotar para realizar o seu projeto.

REFERÊNCIAS

BRIDI, J. C. A. A pesquisa nas universidades brasileiras: implicações e perspectiva. In: MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. **Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro.** *Online*. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Online. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm**. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Online. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20consumidor%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.&text=Equipara%2Dse%20a%20consumidor%20a,intervindo%20nas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20consumo**. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a reso-

lução 196. Online. Disponível em: **https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html**. Acesso em: 29 nov. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAXIMIANO, A C A. **Introdução à administração.** 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2000.

MEGGINSON, L. **Administração: conceitos e aplicações.** 4ª Ed. São Paulo: Harbra, 2000.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. **Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde.** In: GOLDENBERG, P.

MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde.** *Online*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. Disponível em: **http://books.scielo.org/id/d5t55/pdf/goldenberg-9788575412510-09.pdf.** Acesso em: 20 nov. 2020.

SACHS, I. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. **Organizações & Sociedade,** v. 12, n. 33, p. 151-162, abr./jun. 2005.

SILVA, L. F. F. Iniciação científica – contexto e aspectos práticos. **Revista de Medicina,** São Paulo, v. 91, n. 2, p 128-136, abr./jun. 2012.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica – importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão,** v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

THIOLLENT, M.; PICHETH, S.; CASSANDRE, M. Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. **Educação,** v. 39, n. 4, p. 3-13, dez. 2016.

CAPÍTULO V

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Prof. Dr. Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

Objetivos Específicos

- Conceituar projeto de intervenção, entendendo a sua estrutura e apresentação;
- Associar o projeto de intervenção ao Trabalho de Conclusão de Curso, entendendo sua aplicabilidade em temáticas atuais.

Introdução

Este capítulo visa conceituar o projeto de intervenção, expondo os seus componentes, a fim de possibilitar o seu uso como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Apresentaremos conceitos iniciais e normas estruturais, bem como a aplicabilidade em temas da atualidade em Administração Pública. Serão disponibilizados, também, no decorrer do capítulo, conteúdos complementares para facilitar sua aprendizagem.

1. Conceitos Iniciais

Intervenção representa o ato ou efeito de intervir e indica uma intercessão ou mediação em alguma situação adversa, implica uma ação objetiva, um fazer concreto numa dada realidade. Sobre projeto, cabe lembrar, que se refere a um plano para realização de uma ação coordenada no futuro; ou seja, algo que se lança à frente, sustentado em objetivos a serem alcançados. Nesse sentido, um projeto de intervenção é uma proposta de ação que tem como objetivo a resolução de um problema real observado em determinada situação. Ele é desenvolvido dentro de um contexto, através da introdução de modificações na estrutura organizacional ou na dinâmica de uma organização, que afetem positivamente o seu desempenho (BRASIL, 2017).

Esse tipo de projeto fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa-ação que difere dos outros tipos de pesquisa que foram expostos na metodologia do capítulo anterior, sendo conhecida como uma pesquisa não convencional. Segundo Gil (2017), o planejamento desse tipo de pesquisa envolve a ação dos pesquisadores e da população interessada. Os sujeitos, ao atuarem na prática, produzem novos conhecimentos e, ao fazê-lo, apropriam-se e ressignificam a realidade, produzindo novos compromissos, de cunho crítico, com a realidade em que atuam.

Figura 1– Os pesquisadores interferem ativamente na realidade da população-alvo
Fonte: https://www.flickr.com/photos/comunidadedospequenosprofetas/8744333396/in/photolist-ejGZEU-bU7yNX-f7t1Rk-bFcHCN-bFcMT9-bU7pHH-bU7Uoz-bU7RhK-bFcENw-bFd8Xm-jKb39x-bU7BT2-bFcYHs-bFde49-bFcG1U-bFcXq1-bFd63J-bU7Bgc-bFd4no-bU7yaF-f7Hb2S-bU7uot-f7sRTr-bU7RY6-2fobLX-f7Hm7u-3NgFF5-bFddhy-bU7Gc4-2fobKK-2fobHP-bFcUdQ-bFcKRG-bFcKkJ-f7H9Pj-bU7ZfD-f7sYeH-bFcJfW-9qEPjX-bU7wVF-bU7DdK-bFcH6Q-bU7LW8-8fPeCN-598Tyw-bFd36Q-AH6W1g-bFdbHA-axdpy5-bU7AfX

Não obstante, Thiollent (2016), a pesquisa-ação caracteriza-se:

a) por uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;

b) desta interação resulta a ordem de problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;

c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontradas nessa situação;

d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos em esclarecer os problemas da situação observada;

e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;

f) a pesquisa-ação não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo). Pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento, ou o 'nível de consciência', das pessoas e dos grupos considerados.

Para colocar em prática um projeto desse tipo, é necessário que se tenha em mente que ele faz parte da constatação de um problema e da possibilidade de trazer soluções para ele, visando minimizar seus efeitos. Ele também é limitado a uma determinada situação que ocorre em um local e atinge uma população específica e, na maioria das vezes, não propõe solução, mas colabora com a diminuição do problema. Dessa forma, Tripp (2005) afirma que a solução de problemas, por exemplo, começa com a identificação do problema, o planejamento de uma solução, sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia.

Fluxograma 1 – Principais características do projeto de intervenção
Fonte: Autor.

Diante disso, algumas questões para reflexão que ajudarão a delimitar a sua proposta de intervenção são:

a) Qual a necessidade de um projeto de intervenção?
b) Qual será o problema de intervenção?
c) É possível resolver esse problema?
d) Quais são os objetivos do projeto de intervenção?
e) Como esse projeto será executado?
f) Qual será o plano de trabalho para a intervenção?
g) Quais são as etapas para a sua execução e quem as executará?
h) Qual será o público e o tipo de serviço que serão atingidos pela intervenção?
i) Qual será o local mais adequado para o desenvolvimento do projeto?
j) Quanto tempo levará desde o planejamento até a execução da intervenção?
k) Quais os recursos serão necessários?
l) Os resultados da intervenção são mensuráveis?
m) Como será feito o acompanhamento desses resultados?

Atenção!

- Note que esses questionamentos fazem parte de uma reflexão necessária da qual sairão ideias para a elaboração do seu projeto de intervenção!

1.1 O Problema de Intervenção

Quando se fala em projeto de intervenção, parte-se do princípio que ele se origina através da análise de uma determinada situação que produz ampla visão do contexto da intervenção e dos participantes envolvidos. A esse momento, dá-se o nome de fase exploratória. Segundo Gil (2017), enquanto na pesquisa clássica essa fase costuma caracterizar-se pela imersão sistemática na literatura disponível acerca do problema, na pesquisa-ação essa fase privilegia o contato direto com o campo em que está desenvolvida.

Figura 2 – A análise situacional ajuda na delimitação do problema de intervenção
Fonte: https://www.flickr.com/photos/luzitelles/5611104279/in/photolist-9xQnPe-5cUYbj-5htqqs-8itfsf-agRAyz-6xjpQR-6xoACG-7bB74F-8BX1uw-dBXoVe-CkNWhH-7qrqsQ-ZR2nJ-92oCvZ-2SsuLA-7hkehX-G9TkAA-9D2hH-9HrouV-24pUK8y-8X5VbQ-6fzFSd-jWZW2D-5k57mB-obP5S3-58gyMo-VAVhSj-6eMauf-7MCrbD-rdSVmd-83wFxV-6xjsvF-5fA88W-29Nizf-bq2RY1-5DwGtH-4wQgLR-2RsHi6-8CE2Nz-8253jc-3BHsrt-6jFgyi-8fCTL-8H9W4G-wSXM1-5AUJqy-hP2KjM-3BMMg3-duMRKE-9eFyKa

A observação é a responsável pela aquisição da maior parte do conhecimento, pois podemos estabelecer relações entre fatos, acontecimentos e opiniões de modo mais incisivo quando os presenciamos. Após tomarmos ciência do fato, analisá-lo mediante associações de ideias, e estabelecer um juízo de valor, podemos chegar a uma conclusão mais consistente.

A partir dessa observação sistemática, faz-se necessário formular um problema com precisão pois, a partir dele e da necessidade de minimizá-lo, será produzido todo o contexto para a elaboração da intervenção. Traçando novamente um paralelo com o que foi dito a respeito dos outros tipos de pesquisa nos capítulos anteriores, todo problema de pesquisa deve ser valorizado, sobretudo quando se trata do **problema de intervenção.**

Ao elaborá-lo, o problema deve ser claro e preciso, aplicável ao seu contexto, delimitado e passível de solução. Além disso, deve-se ter uma base teórica que fundamente esse problema, não se restringir apenas aos aspetos práticos (GIL, 2017).

Leitura Complementar

https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf

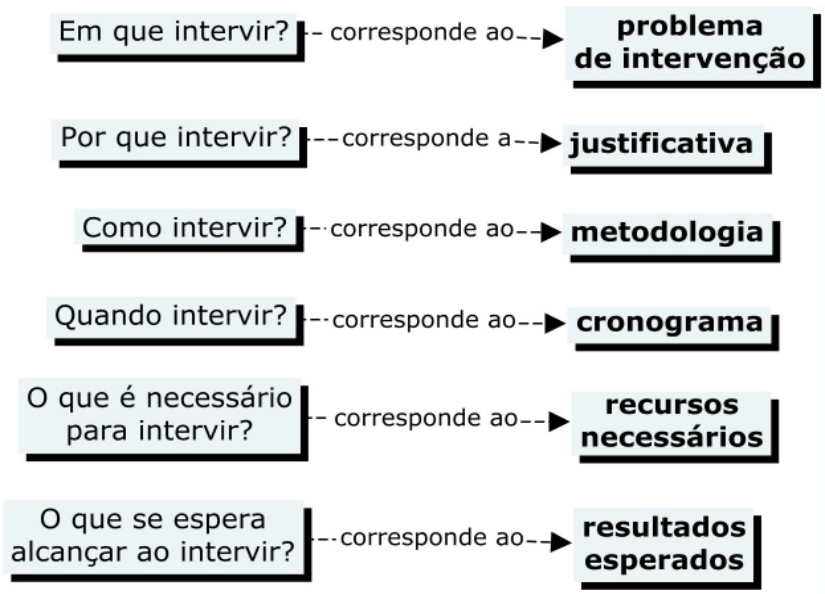
Com o problema de intervenção já devidamente explanado, a etapa seguinte é a **elaboração do projeto de intervenção**, sendo este uma ferramenta que servirá de guia e deve conter todas as etapas necessárias para a realização da intervenção. Esse tipo de projeto também deve ser elaborado sob a orientação de um professor que tenha conhecimento sobre o tema a ser explorado.

2. Aspectos Estruturais do Projeto de Intervenção

A estrutura de um projeto de intervenção pode variar quando se trata de componentes estruturais, conforme será explanado a seguir.

Nesta seção, apresentaremos, de forma detalhada, o que é necessário estar presente em um projeto de intervenção. Relembrando o que foi dito acima, de modo geral, deve conter a colocação do problema, o recorte da intervenção, o estabelecimento da metodologia e a hipótese de efeito/resultado, bem como sua avaliação.

Para auxiliar esse processo, é importante fazer alguns questionamentos, como: **Em que intervir? Por que intervir? Para que intervir? Como e quando intervir? O que é necessário para intervir? O que se espera alcançar com a intervenção?** Ao responder essas perguntas de forma clara e concisa, construir-se-á a metodologia da intervenção.



Fluxograma 2 – Conteúdo do projeto de intervenção
Fonte: Autor.

Aplicando o que já foi exposto para a construção de um projeto de intervenção, tem-se que as subseções seguintes devem estar contidas neste estudo.

2.1 Capa

Semelhante ao que já fora, deve conter a identificação da instituição proponente (se houver), do título do projeto, do nome completo do(s) orientador(es) e do(s) aluno(s) que desenvolverá(ão) o projeto, a finalidade (identificar como projeto de intervenção), assim como local e ano.

2.2 Resumo

Esse item deve ser elaborado ao final da elaboração do projeto, pois devem estar dispostos, no mínimo os objetivos do projeto, o local da intervenção, os resultados esperados e as considerações finais. Tudo deve estar escrito em um parágrafo único, preferencialmente, na língua portuguesa e de forma clara e objetiva.

Atenção!

- Não se deve esquecer de pontuar, abaixo do resumo, as palavras-chaves.

2.3 Sumário

Deve conter as seções e subseções, seguidas da numeração da página. Volte ao Capítulo 1 na subseção 2.2.1 para rever na prática a elaboração do sumário.

2.4 Introdução e Problema de Intervenção

Aqui, deve-se apresentar o tema, desde o panorama geral até os pontos específicos que forneçam suporte para a sua intervenção. Você lembra da estrutura em funil que foi explanada no capítulo anterior? Pois bem, é aconselhável usá-la aqui, também, para ajudar a delimitar o contexto. É necessário, ainda, pontuar as lacunas relacionadas ao tema e a intervenção, apresentando o problema com uma fundamentação teórica e situá-lo no cenário em que será aplicado.

Atenção!

- Como não há uma regra definitiva sobre a disposição das seções no projeto, é comum encontrar o problema de intervenção como um tópico à parte da introdução. Isso se deve a divergências dentre as fontes que orientam essa elaboração, bem como não mudará a ideia global do projeto.

2.5 Justificativa

Assim como dito anteriormente, neste tópico, expõem-se os motivos e a relevância do projeto de intervenção, tanto para o pesquisador, como para o local e o público-alvo ao qual o projeto será dirigido. Nesse item, deve-se fundamentar e justificar a proposta com base na literatura e na análise da instituição a que será dirigida a intervenção, além de ressaltar as contribuições da intervenção proposta.

Veja na prática!

Com o tema **Gestão Pública e Mobilidade Urbana,** um exemplo de justificativa para um projeto de intervenção seria:

Durante os últimos anos, observou-se a inclusão da pauta da mobilidade urbana nas discussões para melhorias na cidade do Recife, no entanto alguns bairros não foram beneficiados ou, ainda, não tiveram os seus recursos explorados de forma a favorecer a população que depende do transporte público e que dispõe de mecanismos em seus territórios ainda a serem explorados.

Com isso, essa proposta de intervenção pode contribuir para o desenvolvimento de ações que envolvam toda a comunidade, especialmente a população do bairro do Ibura, na cidade do Recife, objetivando trazer melhorias na mobilidade urbana para esse bairro através do desenvolvimento de um canal de comunicação entre essa população e a Prefeitura da Cidade do Recife por meio da Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano.

Perceba que, no exemplo acima, foi preciso delimitar o tema com enfoque em um determinado local e público (população do bairro do Ibura), já que um problema bem definido se torna menos abrangente e mais palpável, tornando o seu projeto executável.

Leitura Complementar

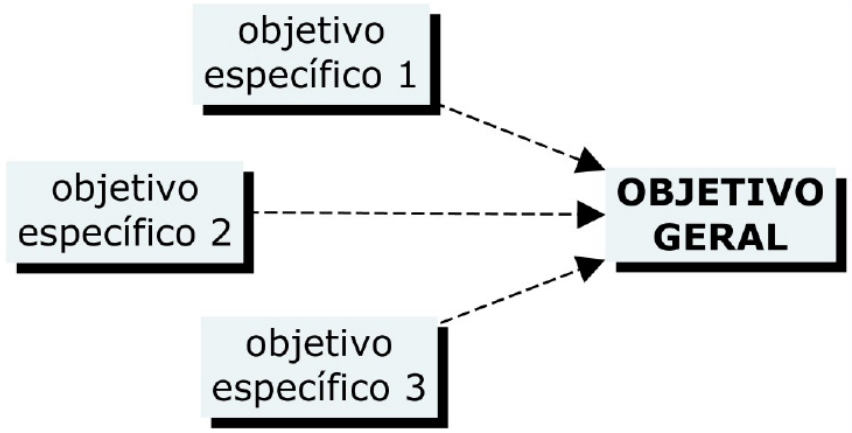
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm#:~:text=1%C2%BA%20A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,o%20inciso%20XX%20do%20art.&text=182%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%2C%20objetivando,cargas%20no%20territ%C3%B3rio%20do%20Munic%C3%ADpio.

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6664/1/td_2198.pdf

2.6 Objetivos Geral e Específicos

Após consolidar o problema e apresentar sua devida justificativa, o autor do projeto deve expor o que realmente se pretende com a realização da intervenção. Para isso, cada objetivo deve ser construído com base nas ações planejadas e redigido de forma clara, viável e prática, com frases curtas e objetivas, em forma de tópicos, começando sempre com um verbo no infinitivo.

O **objetivo geral** visa responder e resolver o problema de intervenção. É baseado na pergunta condutora do estudo, que a ação principal será desenvolvida. Logo em seguida, devem estar explícitos os **objetivos específicos**, que funcionam como suporte ao objetivo geral, abordando pequenas questões que estão relacionadas a ele e ajudarão a alcançá-lo.



Fluxograma 3 – Os objetivos específicos convergem para o objetivo geral
Fonte: Autor.

Atenção!

- Quando se trata de um projeto de intervenção, devem ser usados verbos que se relacionem com a prática, como: implantar, desenvolver, criar, propor, monitorar, dentre outros.

Veja na prática!

Ao utilizarmos o mesmo tema abordado na justificativa, têm-se como exemplos:

- **"OBJETIVO GERAL**
  Propor estratégias de melhoria na mobilidade urbana no bairro do Ibura a partir do enfrentamento das dificuldades apresentadas pela população.

- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**
  • Identificar os principais desafios que a população do bairro do Ibura enfrenta no que se refere à mobilidade urbana;

• Desenvolver um relatório com as principais dificuldades apresentadas pela população e as possíveis soluções de acordo com a disponibilidade da Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife;

• Implementar um canal de comunicação entre a população do bairro do Ibura e a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife a fim de garantir o diálogo entre essas instâncias."

Observe novamente o fluxograma 3 e note que todos os objetivos específicos exemplificados acima convergem para o que foi proposto no objetivo geral, conforme explicitado anteriormente. Além disso, não há uma regra específica que dite a quantidade de objetivos que se deva ter no projeto de intervenção, devendo-se respeitar, no mínimo, o tempo e os recursos disponíveis.

2.7 Metodologia

Esse item traz a apresentação detalhada de como a intervenção será feita. Diferentemente do que já foi exposto nos capítulos anteriores, a Metodologia corresponde as abordagens, técnicas e processos utilizados para resolver o problema de intervenção, e não à pesquisa.

Para auxiliar esse processo, deve-se levar em consideração os objetivos a serem alcançados, sendo importante refletir sobre o seguinte questionamento: Como intervir? Dessa forma, construir-se-á a metodologia do projeto de intervenção.

2.7.1 Local da Intervenção

Deve-se detalhar o local onde será desenvolvida a intervenção. É importante destacar a sua importância, bem como os aspectos que ele apresenta e que está relacionado ao problema de intervenção.

2.7.2 Sujeitos da Intervenção

Considera-se a população do estudo como sendo o grupo que será incluído na intervenção. A escolha dessa população tem que levar em consideração os objetivos a serem alcançados, para que não haja alteração nos resultados por uma amostra populacional mal caracterizada.

2.7.3 Período da Intervenção

Consiste no tempo necessário para cumprir todas as etapas da intervenção. Esse tempo varia de acordo com a quantidade de atores e atividades que deverão ser desenvolvidas a partir do plano de trabalho que detalharemos mais adiante.

Veja na prática!

A partir da descrição dos dois itens anteriormente explanados, pode-se formular alguns exemplos considerando um dos temas abordados no início deste capítulo. Sobre o tema **Gestão Pública e Mobilidade Urbana** e levando-se em consideração que o objetivo geral desse projeto é **propor estratégias de melhoria na mobilidade urbana no bairro do Ibura a partir do enfrentamento das dificuldades apresentadas pela população,** a descrição metodológica do local, dos sujeitos e do período de estudo pode ser:

"A população será composta por todos os **moradores do bairro do Ibura,** com **idade maior ou igual a 18 anos,** durante os **meses de janeiro a dezembro de 2021."**

Nota-se que, em poucas linhas, ficou claro onde será desenvolvida a intervenção, assim como as pessoas que participarão e o tempo que decorrerá desde o início até o fim da intervenção.

Assim como orientamos no capítulo que dispôs sobre projeto de iniciação científica, pode-se especificar ainda mais a população, caracterizando-a de acordo com as variáveis pertinentes, como sexo, faixa etária, raça, cargo, condições socioeconômicas, dentre outras, a depender do objetivo da intervenção que se deseja realizar, pertinentes ao objetivo da pesquisa.

2.7.4 Coleta, Sistematização e Análise dos Dados

Nessa seção devem estar descritos os dados e as informações que serão utilizados para o planejamento e desenvolvimento da intervenção. Para isso, é importante que esteja explícita a forma como serão coletados os dados, bem como estes serão organizados para, posteriormente, serem analisados.

Em relação à coleta e sistematização dos dados, a depender de como serão desenvolvidas as atividades da intervenção, pode-se utilizar entrevistas, questionários, análise documental e técnicas de observação. Além disso, pode-se fazer análises quantitativas (mais comuns e empregadas na maioria dos contextos dos projetos de intervenção) e qualitativas que resultem na geração dos dados desejados na intervenção, seja por meio de planilhas e/ou relatórios, por exemplo.

2.7.5 Descrição da Intervenção/Plano de Ação

Neste espaço, é importante detalhar o plano de ação que será desenvolvido até o final da intervenção, com destaque nas atividades necessárias, quando devem ser executadas, por quem, quais recursos serão necessários, quanto custará e em que sequência serão executadas no projeto. Salienta-se que a lista de atividades de um projeto representa um mapa a ser seguido durante sua execução, ou seja, é uma representação lógica das tarefas que define a sequência do trabalho a ser realizado (BORGES; ROMERA, 2018).

Para isso, um outro questionamento vem à tona para melhor guiar esse processo: Como alcançar os objetivos? Para responder a esta pergunta é necessário indicar o caminho metodológico, ou seja, como será a condução projeto: em que local o ele será desenvolvido? Com quem ou para quem serão voltadas as ações? Quais são os atores envolvidos nesse projeto? Como você pretende envolvê-los? Que informações são necessárias? Como você vai coletá-las? Quais são os recursos necessários? Qual é a fonte dos recursos? Quais são os passos para responder ao problema de intervenção a fim de atingir o seu objetivo?

Respondendo essas questões em forma de texto corrido, com uma linguagem direta e clara, têm-se a descrição metodológica do plano de intervenção do projeto. Mais à frente, neste capítulo, uma possível descrição das ações estará exemplificada no cronograma proposto para o tema em questão.

2.7.6 Acompanhamento e Avaliação da Intervenção

A avaliação corresponde à análise e interpretação objetiva da relevância e do impacto do projeto de acordo com o objetivo proposto. É importante reavaliar o projeto em sua totalidade para comparar e verificar os processos realizados, mensurar a realização dos objetivos, corrigir rumos. Para realizar a avaliação da sua intervenção, pode-se utilizar a avaliação in locu, de questionários e/ou auditorias. Dessa forma, os resultados do processo avaliativo não servirão somente para conferir se o objetivo foi alcançado, como também serão instrumentos fundamentais na elaboração da fase seguinte do projeto (BORGES; ROMERA, 2018). Fica claro, então, que essa avaliação deve ser feita por etapas, pois todo o projeto implica continuidade.

Veja na prática!

Uma forma de se apresentar o processo de monitoramento e avaliação é descrevendo como a mesma ocorrerá. Tomando como exemplo a temática da **Gestão pública e mobilidade urbana**, o monitoramento e a avaliação desse projeto de intervenção podem ser realizados em dois momentos distintos:

- Avaliação feita pela população do Ibura, semanalmente, sobre a assiduidade, satisfação, benefícios e pertinência das atividades desenvolvidas durante o período de palestras/apresentações do projeto. Será aplicado um questionário com perguntas dicotômicas (sim/não) para ponderar a eficácia da intervenção;

- A avaliação do projeto pela equipe será feita mensalmente, em reunião com todos os envolvidos nas ações, quando serão apresentados os resultados da equipe e as avaliações dos participantes. Além disso, será aberto um debate para que seja colocada, por toda a equipe, a percepção sobre as atividades desenvolvidas em cada mês e uma análise se foram alcançados os objetivos propostos. A partir daí será elaborado um relatório avaliativo que norteará o relatório final.

2.8 Resultados Esperados

Consiste na descrição do que se espera da intervenção após a sua realização, ou seja, dos resultados práticos esperados. A discussão dos resultados deve estar relacionada diretamente aos objetivos geral e específicos indicados no projeto e deve dialogar com os dados da literatura, devendo ser mensuráveis, passíveis de demonstração e reproduzíveis.

Atenção!

- Há uma relação íntima entre os resultados esperados com os objetivos propostos na intervenção, uma vez que esses resultados representam o caminho a ser percorrido para alcançar todos os objetivos.

2.9 Cronograma

Corresponde a uma linha do tempo do projeto que mostra quando cada atividade/tarefa deve acontecer durante o desenrolar da intervenção. É importante lembrar que esse projeto deve possuir uma duração finita, ou seja, o começo e o fim precisam estar bem definidos. Além disso, deve-se detalhar quando ocorrerá cada etapa prevista, bem como o tempo de duração de cada uma delas.

De forma prática, essas informações podem estar dispostas em um quadro com os meses e as ações a serem realizadas em cada etapa.

Veja na prática!

Ainda sobre o tema Gestão pública e mobilidade urbana e baseado na justificativa, nos objetivos e no delineamento da metodologia já exemplificados ao longo deste capítulo, podemos dividir as atividades planejadas para esse projeto em três etapas:

- **Etapa 1:** Apresentação da proposta para a população do bairro do Ibura e levantamento das principais dificuldades enfrentadas a respeito da mobilidade urbana;

- **Etapa 2:** Construção e apresentação dos relatórios com a consolidação dos dados ao órgão responsável e a elaboração de propostas para a solução das dificuldades;

- **Etapa 3:** Apresentação das sugestões desenvolvidas e a criação de um canal de comunicação da população com o órgão responsável para acompanhamento das ações propostas como melhoria da mobilidade urbana.

A partir daí, deve-se elencar todas as ações e o tempo necessário para a execução de cada uma delas como se segue:

	Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Etapa 1	Reunião com a população para a apresentação da proposta	X	X	X									
	Dinâmica sobre a conscientização do papel da população e do órgão público na mobilidade urbana	X	X	X									
	Aplicação dos questionários para levantamento das dificuldades da população sobre a mobilidade no bairro			X									
Etapa 2	Sistematização dos dados dos questionários				X	X							
	Análise dos dados encontrados				X	X							
	Elaboração de relatórios com o consolidado dos dados					X	X						
	Apresentação dos relatórios ao órgão						X						
	Elaboração de sugestões com garantia de melhoria da mobilidade no bairro pelo órgão						X	X					
Etapa 3	Apresentação dos dados coletados e das sugestões para melhoria da mobilidade								X	X			
	Criação de um comitê composto por representantes da comunidade e do órgão público									X	X		
	Acompanhamento das atividades										X	X	X

*Todas as atividades descritas acimas são ilustrativas e têm o objetivo para ajudar o autor na construção do cronograma do seu projeto de intervenção.

Figura 3 – Modelo de cronograma
Fonte: Autor.

Atenção!

- Todas as etapas acima descritas são exemplos do passo a passo que uma intervenção pode ter a depender do tema escolhido, da população e da instituição a quem serão dirigidas as ações e o local em que elas serão desenvolvidas. Cabe ao pesquisador delimitar bem essas seções desde o início do projeto para otimizar as suas tarefas e a própria elaboração do plano de trabalho.

2.10 Orçamento e Recursos necessários

O plano de ação deve especificar uma estimativa dos recursos necessários e os respectivos custos para que o orçamento da intervenção seja elaborado. Os recursos para desenvolvê-la são limitados e envolvem, na maioria das vezes, pessoas, tempo e dinheiro. Pensando nisso, é importante que o projeto contenha uma previsão desses recursos o que também ajuda a confirmar (ou não) a viabilidade do mesmo.

O planejamento de custos em um projeto envolve a identificação de todos os recursos necessários que compõem o orçamento. Esses recursos podem ser agrupados em três categorias: material permanente (bens, equipamentos, instalações, etc.); material de consumo (materiais, suprimentos, etc) e serviços (consultoria, serviços especializados, etc.).

Veja, no capítulo 4, o modelo do quadro para se detalhar os custos estimados para a realização do projeto com a descrição dos materiais permanentes, de consumo e/ou serviços, quantidade, preço unitário e preço total. A unidade de referência é o real. Se houver, deve-se identificar e descrever qual a fonte de financiamento para a realização do projeto de intervenção.

2.11 Referências

As referências utilizadas na elaboração do projeto, como livros, manuais, publicações impressas e eletrônicas, costumam ser organizadas segundo as normas da ABNT, conforme disposto no Capítulo 1 deste manual.

3. Apresentação Gráfica

Como a estrutura gráfica desse projeto se assemelha aos outros tipos de pesquisa, deve-se cumprir as regras que estão dispostas no Capítulo 1 deste material.

4. Seleção Temática e Pergunta Norteadora

4.1 Temas Atuais em Administração Pública

O presente capítulo trará dois temas atuais capazes de inspirar um projeto de intervenção. A partir do aprofundamento nestes você perceberá inúmeras perguntas norteadoras capazes de guiá-lo na elaboração do seu projeto.

4.1.1 Gestão de Risco em Contratos de Terceirização de Serviços

O gerenciamento de risco é definido como um processo que visa estabelecer estratégias para identificar potenciais eventos capazes de afetar a organização do serviço, objetivando uma melhor tomada de decisões e a avaliação de desempenhos. Segundo o Guia de Orientação de Gerenciamento de Risco, os riscos, quando não são gerenciados adequadamente, acabam por ameaçar o alcance dos objetivos, o prazo, o custo e a qualidade de um programa (BRASIL, 2013).

Somado a isso, esse gerenciamento é de fundamental importância para o sucesso da organização pública ao entregar serviços de qualidade para o cidadão, resultando em melhor chance de entrega desses serviços no prazo, menos intercorrências para os cidadãos e o órgão público, aumento de chances de sucesso de programas governamentais e maior transparência por parte do órgão público (VELOSO; CURI; SOUZA, 2018).

Atualmente, a gestão de riscos tem recebido notoriedade por parte dos gestores públicos através da Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 10 de maio de 2016, que determina que os órgãos e entidades públicos federais implementem medidas objetivando a sistematização e práticas

relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança. Sabe-se que a prática da terceirização atinge, hoje, todas as esferas administrativas, seja privada ou pública, embora sua relação com esse último origine polêmicas e incertezas quanto a sua eficiência, gestão de recursos e transparência (BRASIL, 2016).

Em função disso, a Lei n° 13.429, aprovada em março de 2017, dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, ampliando as discussões a respeito da extensão da terceirização e de sua realização no âmbito da administração pública (BRASIL, 2017). Essa lei aborda pontos importantes que devem ser observados na relação entre o contratante e o contratado, demonstrando uma evolução que beneficia a mão de obra terceirizada no Brasil (MIRANDA; SANTOS; ALMEIDA, 2019).

Integrando a ideia exposta acima em um possível referencial teórico de um projeto de intervenção, tem-se que sua apresentação inicial contemplou uma ideia geral da conjuntura em que ele estará inserido, assim como foi feito na explanação dos temas nos capítulos anteriores. A esse contexto, deve-se associar o problema de intervenção, entrelaçando particularidades teóricas e práticas, que é o diferencial no desenvolvimento desse tipo de projeto.

4.1.2 Gestão Pública e Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana, que consiste no deslocamento de pessoas e de bens dentro do espaço das cidades, mediante utilização de veículos, de vias públicas e da infraestrutura disponível, é uma temática que vem ganhando espaço na mídia em decorrência do crescimento urbano mundial acelerado e a necessidade de ajustes para contemplar esse acontecimento, uma vez que esse conceito vai além da simples referência à locomoção (SILVA, 2016).

Desde o último século, o padrão de mobilidade da população vem passando por fortes modificações como um reflexo do acelerado e intenso processo de urbanização ocorrido em todo o mundo. O problema da mobilidade na maioria das grandes cidades se deve ao seu crescimento desordenado, à desarticulação entre planejamento urbano e de transporte e ao crescente uso do transporte individual motorizado, agravando mais as desigualdades existentes entre o uso privado e coletivo no transporte urbano (CARVALHO, 2016).

No Brasil, esse contexto não é diferente, pois as políticas públicas voltadas para o deslocamento urbano estiveram voltadas à priorização do transporte individual, o que culminou na ausência de investimento público e planejamento e a péssima qualidade dos serviços prestados aos cidadãos (RUBIM; LEITÃO, 2013). Isso motivou, em 2012, a criação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), instituída pela Lei n° 12.587, que define as diretrizes para orientação da regulamentação e do planejamento da mobilidade urbana nas cidades brasileiras e visa a

integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município (BRASIL, 2012).

Os objetivos dessa Política dispostos na lei supracitada são bem claros, sendo:

> I - reduzir as desigualdades e promover a inclusão social;
>
> II - promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
>
> III - proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
>
> IV - promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades; e
>
> V - consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

A partir disso, surgiram várias propostas na tentativa de relativizar a questão urbana, flexibilizando as análises sobre a cidade, incluindo a defesa da gestão participativa e da equidade social, dando ênfase à acessibilidade e mobilidade urbana. A mobilidade gerada pelo transporte, em especial o transporte coletivo, passa a ser compreendida como um instrumento que deve favorecer a plena efetivação das funções sociais da cidade, com a adaptação dos espaços urbanos para essas funções (SILVA, 2016).

Figura 4 – A mobilidade urbana e o transporte público: uma solução viável
Fonte: https://www.flickr.com/photos/103128866@N05/9925936506/in/photolist-g8827j--4X78ho-g87Nqg-6h6zQL-yYySGh-6e1fHj-3htodX-g87EdV-bvf7sx-rMEoML-82EWnQ--g88VB6-g894SV-g88tYo-pwGi8L-oAG5Qs-g88ovS-6NFiMG-98AeqP-KHMouR-Piuw8u--6wK6HR-JU29D7-KMNWi9-KHMiCr-2akNiLo-2k5qkM9-dYa87b-jqLNDa-2kaRW5P--2jEVtXz-2ju2vQQ-2gH7Pue-2k7NmAN-2ezo8ii-28SayT8-2gH7514-2kaVMbg-eb2U3T-4-aRx8Z-7FNbeJ-2cb4SFX-27XtD2S-26EdiJ6-Kexv2o-bxiVfR-Kvf3Ym-ryTEBN-9VtA9q-JnQuB8

Ao enquadrar esse tema nos moldes de um projeto de intervenção, se torna relevante contextualizar o assunto, bem como relacionar as principais questões que o permeiam e que conduzirão o leitor do projeto ao ponto que se deseja alcançar com a proposta apresentada. Não esqueça que essas ideias não podem estar soltas, mas devem fazer parte de uma continuidade com fundamentação teórica.

Leitura Complementar

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm

https://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a05.pdf

RESUMO

A construção de um projeto de intervenção parte da ideia de fornecer resposta a um problema concreto com o objetivo de contribuir para a solução de problemas, transformando ideias em ações. Trata-se de uma pesquisa não convencional, do tipo pesquisa-ação, que envolve os pesquisadores e a população-alvo na modificação de um problema de intervenção que norteará o seu desenvolvimento. Para elaborá-lo, é importante que se domine, além desse problema, os objetivos a serem alcançados, bem como a justificativa para a intervenção. A estrutura desse projeto conta, ainda, com a descrição do passo a passo de todas as etapas necessárias para a sua execução, além do planejamento de cada atividade, o custo e tempo necessários para realizá-las.

ATIVIDADES

1. Pense nas demandas de uma temática em que você deseje intervir, escolha aquelas que tragam melhorias significativas para a gestão do trabalho e exemplifique-as.

2. Conceitue problema de intervenção.

3. Utilizando novamente o tema de seu interesse, elabore um esboço de projeto de intervenção com uma justificativa que o defenda, citando a população que será envolvida, onde e quando a mesma será realizada.

4. Explique a importância do plano de ação para o projeto de intervenção.

5. Liste as possíveis atividades que poderão ser desenvolvidas ao elaborar um projeto de intervenção com uma temática de sua escolha.

REFERÊNCIAS

BORGES, C. N. F.; ROMERA, L. **Roteiro para elaboração de projetos.** *Online*. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: **https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/198267/Roteiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y.** Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Online. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm.** Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016.** Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Online. Disponível em: **https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519355/do1-2016-05-11-instrucao-normativa-conjunta-n-1-de-10-de-maio--de-2016-21519197**. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Online. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm.** Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Como Construir um Projeto de Intervenção? Princípios básicos e aplicação passo a passo.** *In*: _____. Aberta: portal de formação a distância. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: **https://sgmd.nute.ufsc.br/content/portal-aberta-sgmd/e03_m05/pagina-00.html.** Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto de Desenvolvimento do Guia de Orientação para o Gerenciamento de Riscos.** *Online*. Brasília: GesPública. 2013. Disponível em: **http://www.gespublica.gov.br/content/guia-de-orienta%C3%A7%C3%A3o-para-o--gerenciamento-de-riscos**. Acesso em: 28 nov. 2020.

CARVALHO, C. H. R. **Mobilidade urbana sustentável - conceitos, tendências e reflexões.** Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2016. Disponível em: **http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2194.pdf**. Acesso em: 30 nov. de 2020.

CONGRESSO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 12., 2018, Recife. **Gestão de Riscos Aplicada à Terceirização de Mão de Obra na Administração Pública.** Recife: UFPE, 2018. *Online*. Disponível em: **https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/download/237076/30189.** Acesso em: 28 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIRANDA, L. B. S.; SANTOS, N. A.; ALMEIDA, F. M. Gestão de riscos de contratos da terceirização no setor público: uma análise para uma instituição federal de ensino superior. *Online*. **Contabilidade Vista & Revista,** v. 30, n. 2, p. 143-170, 2019. Disponível em: **https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4971**. Acesso em: 29 nov. 2020.

RUBIM, B.; LEITÃO, S. O plano de mobilidade urbana e o futuro das cidades. *Online*. **Estudos avançados,** v. 27, n. 79, p. 55-66, 2013. Disponível em: **https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68702/71282.** Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, A. Mobilidade urbana e equidade social: possibilidades a partir das recentes políticas de transporte público na Metrópole do Rio de Janeiro. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território,** n. 10, p. 293-317, dez. 2016. Disponível em **http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672016000200015&lng=pt&nrm=iso.** Acesso em 30 nov. 2020.

THIOLLENT, M.; PICHETH, S.; CASSANDRE, M. Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. **Educação**, v. 39, n. 4, p. 3-13, dez. 2016.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

REALIZAÇÃO

UAB UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

CAPES

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

ORGANIZAÇÃO

nead NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

UPE UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

OFERECIMENTO

Este livro é parte integrante do material didático do Curso de Especilaização Módulo Básico, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, oferecido na modalida a distância.

ISBN 978-65-89954-21-7

9 786589 954217